



DECRETO N. 0703, DE 17 DE ABRIL DE 2026

Dispõe sobre a nomeação da Equipe de Agentes de Contratação/Pregoeiros, para condução dos processos de licitação, no âmbito do Município de Ji-Paraná, e dá outras providências e revoga o Decreto n. 2465, de 16 de setembro de 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando solicitação do Superintendente Permanente de Compras e Licitação, através do [Memorando 120/CPL/PMJP/RO/2026 de 16/04/2026 \(ID 2611154\)](#).

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeada, em consonância com Decreto nº 1383, de 11 de março de 2024, a Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros para condução dos Processos de Licitação, Dispensa e Inexigibilidade do Município de Ji-Paraná, composta pelos seguintes servidores.

§ 1º Agente de Contratação/Pregoeiro:

- I - Hevileny Maria Cabral de Lima Jardim: Agente de Contratação/Presidente Pregoeira;
- II - Sônia Regina da Silva: Agente de Contratação/Pregoeira;
- III - Thaynara de Souza Marconi Leite: Agente de Contratação/Pregoeira;
- IV - Willian Gabriel Resende Matias: Agente de Contratação/Pregoeiro;
- V - Ana Paula de Souza Meireles: Agente de Contratação/Pregoeira.

§ 2º Equipe de Apoio:

- I - Adriana Souza Leite;
- II - Izabelly Paiva Porfírio;
- III - Vivian Vieira de Araújo;
- IV - Neurizete dos Santos;
- V - Danielly Melo de Souza.

Art. 2º A Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros ora nomeados deverão atuar nos procedimentos licitatórios regidos pela Lei Federal n. 14.133/2021.

Art. 3º Fica revogado o Decreto n. 2465, de 16 de setembro de 2025 ([ID 2044611](#)).

Art. 4º Este decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Palácio Urupá, em 17 de abril de 2026

[assinado eletronicamente]
AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 17/04/2026 às 10:01, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.jf-parana.ro.gov.br, informando o ID **2613313** e o código verificador **0CA5E1E5**.

Docto ID: 2613313 v1

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N. 900054/SUPECOL/PMJP/RO/2026

ÓRGÃO CONTRATANTE (UASG)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RONDÔNIA (980005)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-11655/2023 - SEMES

OBJETO: Aquisição de instrumentos musicais e acessórios destinados à fanfarra municipal, incluindo bumbos, caixas de guerra, repiques, sextetom, tantan, agogô, chocalhos, pratos, trompetes, carriers e demais acessórios essenciais à plena execução das atividades da fanfarra, visando atender a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEMES) do Município de Ji-Paraná, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia **03/06/2026** às **09:30h** (horário de Brasília)

ENDEREÇO ELETRÔNICO:

www.gov.br/compras/pt-br/

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

PARTICIPAÇÃO:

- EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS

REGISTRO DE PREÇOS: NÃO

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 158.975,84 (Cento e cinquenta e oito mil, novecentos e setenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos).

FONTE DE RECURSOS:

Fonte de recurso: Prefeitura Municipal de Ji-Paraná - 02

Unidade Gestora: Secretaria Municipal de Esportes e Lazer - 02 13

Unidade Orçamentária: COORDENADORIA DE DESPORTO E LAZER - 021302

Projeto/Atividade: Desporto Comunitário - 26 812

Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

EDITAL: Disponível para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado e ainda no site www.ji-parana.ro.gov.br.

INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS:

Todas as informações quanto ao fornecimento/execução do objeto desta licitação, tais como prazos, locais, forma de pagamento, obrigações, sanções administrativas, etc., estão consignados no Anexo I - Termo de Referência.

Demais informações e esclarecimentos: SUPECOL - Superintendência de Compras e Licitações, situada na rua dos Brilhantes, nº 130, bairro Urupá, em Ji-Paraná, estado de Rondônia - CEP 76.900-150-Telefone/WhatsApp: (0xx) 69-99975-2759 – e-mail: supecol@ji-parana.ro.gov.br.

Ji-Paraná/RO, 12 de maio de 2026.

ELABORADO POR:

Danielly Melo De Souza
Equipe de Apoio/SUPECOL
Decreto n. 0703/GAB/PMJP/2026

RESPONSÁVEL PELA LICITAÇÃO:

Hevileny M^a C. L. Jardim
Agente de Contratação/Pregoeira
Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026

PREGÃO ELETRÔNICO N. 90054/SUPECOL/PMJP/RO/2026

PARTICIPAÇÃO – EXCLUSIVA ME/EPP/MEI E EQUIPARADAS

A Prefeitura do Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, por meio da Superintendência de Compras e Licitações, através de seu (ua) Pregoeiro (a) e equipe de apoio, nomeados por força das disposições contidas no **Decreto Municipal n. 0703/GAB/PMJP/2025**, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO** na forma eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, modo de disputa **ABERTO**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, demais regulamentos vinculados aos procedimentos licitatórios e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 03 de junho de 2026, às 09h30min. (Horário de Brasília - DF)

LOCAL (endereço eletrônico): Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras/pt-br/

UASG: 980005

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-11655/2023 - SEMES

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de instrumentos musicais e acessórios destinados à fanfarra municipal, incluindo bumbos, caixas de guerra, repiques, sextetom, tantan, agogô, chocalhos, pratos, trompetes, carriers e demais acessórios essenciais à plena execução das atividades da fanfarra, visando atender a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEMES) do Município de Ji-Paraná, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em 14 (quatorze) itens, conforme tabela constante do ANEXO II do Edital – Carta Proposta.

1.3. Todos os itens do presente certame são destinados à PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/MEI/EPP nos termos da Lei Complementar n. 123/2006 e suas alterações.

1.4. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico - comprasnet/catmat, e as especificações constantes no Anexo II deste edital, prevalecerão às últimas.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Existindo itens de participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a obtenção do benefício fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda **não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.**
- 2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 2.7. **Não poderão** disputar esta licitação:
- 2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação **em decorrência de sanção que lhe foi imposta;**
 - 2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
 - 2.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
 - 2.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, **com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada**, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.11. O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.12.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, **o licitante declarará, em campo próprio do sistema**, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa **deverá declarar**, ainda, **em campo próprio do sistema eletrônico**, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A **falsidade da declaração** de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, **após a fase de envio de lances.**

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. **Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.**

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor **total do item**;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Fabricante;

4.1.4. Quantidade.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta **em quantitativo** inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão **inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros** que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, **sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.**

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento **serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.**

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em **conformidade com o que dispõe o Termo de Referência – Anexo I e a Carta Proposta - Anexo II do Edital**, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7.1. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

4.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso **verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato**.

4.9. O município de Ji-Paraná-RO efetuará a retenção do Imposto de Renda eventualmente incidentes sobre o valor de bens, prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, conforme previsto no Decreto Municipal nº 1.330/23, observado cada caso específico tendo como base a Instrução Normativa RF 1.234/2012 e suas alterações.

4.10. Caberá a Contratada destacar na Nota Fiscal dos tributos que eventualmente incidam sobre o valor do bem ou serviço objeto do Edital, nos termos previstos do Decreto Municipal nº 1.330/2023 e Instrução Normativa RB nº 1.234/23.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A **abertura** da presente licitação **dar-se-á automaticamente** em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública**.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor total do item**

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavos)**.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A **etapa de lances** da sessão pública terá **duração de dez minutos** e, após isso, será **prorrogada automaticamente pelo sistema** quando houver lance ofertado **nos últimos dois minutos** do período de duração da sessão pública.

- 5.11.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o **pregoeiro**, auxiliado pela equipe de apoio, **poderá admitir o reinício da disputa aberta**, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.12.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 5.13.1.** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 5.13.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.13.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.13.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.13.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o preegoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.13.6.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação

realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. empresas brasileiras;

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado **permanecer acima do preço máximo** ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. Caso a licitante não se manifeste no prazo máximo de até **10 (dez) minutos** através do **CHAT MENSAGEM ao ser convocada**, ou não aceite negociar pelo valor proposto, poderá o Pregoeiro (a) desclassificar a licitante no item que não se manifestou ou cujo preço permaneça superior ao estimado pela Controladoria Geral de Preços da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná.

5.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários **à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados**.

5.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.1.4. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Estado de Rondônia – CAGEFIMP;

6.1.5. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Município de Ji-Paraná-RO

6.2. A consulta aos cadastros será realizada **em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário**, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de **Ocorrências Impeditivas Indiretas**, o Pregoeiro diligenciará para verificar **se houve fraude** por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 3.6 deste edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. contiver vícios insanáveis;

6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobre preço considerará o seguinte:

6.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi - integrada ou integrada, a caracterização do sobre preço se dará pela superação do valor global estimado;

6.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobre preço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.8.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e

dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo **se limita a sanar erros ou falhas** que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do bem, serviço ou da área especializada no objeto.

6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no **ANEXO III deste Edital**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

- 7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 % para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou documentos digitais.
- 7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.7. Será verificado se o licitante apresentou **declaração de que atende aos requisitos de habilitação**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos** para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, **declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos** para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais **quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.** (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 7.12. A **verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.**
- 7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do ANEXO III deste Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, nos termos da Lei 14.133/21, art. 64 e IN 73/2022, art. 39, §4º, **não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:**

7.14.1. complementação de informações acerca dos **documentos já apresentados** pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. atualização de documentos cuja **validade tenha expirado** após a data de recebimento das propostas;

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, poderá ser sanado erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser **manifestada imediatamente**, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer **não será inferior a 10 (dez) minutos**.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **03 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados sítio eletrônico **www.ji-parana.ro.gov.br** - Portal da Transparência.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 9.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 9.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 9.1.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 9.1.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 9.1.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 9.1.2.4.** deixar de apresentar amostra;
 - 9.1.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - 9.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 9.1.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 9.1.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
 - 9.1.5.** fraudar a licitação
 - 9.1.6.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 9.1.6.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 9.1.6.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 9.1.6.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 9.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
 - 9.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 9.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1.** advertência;
 - 9.2.2.** multa;
 - 9.2.3.** impedimento de licitar e contratar e
 - 9.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 9.3.2.** as peculiaridades do caso concreto
 - 9.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 9.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 9.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo estabelecido na comunicação oficial expedida pelo órgão sancionador.
- 9.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 9.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente municipal a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei n.º 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido **até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame**.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **03 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do endereço eletrônico supecol@ji-parana.ro.gov.br e confirmado através do telefone/WhatsApp (69) 9-9975-2759, das 7:30hs às 13:30hs (horário local).

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e será motivada pelo (a) pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF, salvo expressamente consignado outro parâmetro.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, **excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.**

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://ji-parana.ro.gov.br/>

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

11.11.1.1. *Apêndice do Termo de Referência*

11.11.2. ANEXO II – Carta Proposta (modelo);

11.11.3. ANEXO III – Documentos para fins de Habilitação;

11.11.3.1. *ANEXO III – A – Modelo de Declaração*

11.11.4. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato.

12.1. DO FORO

12.1.1. As partes elegem o **Foro da Comarca de Ji-Paraná-RO**, em detrimento de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para julgar toda e qualquer demanda oriunda do presente Edital.

Ji-Paraná/RO, 12 de maio de 2026.

ELABORADO POR:

[assinado eletronicamente]

Danielly Melo De Souza

Equipe de Apoio/SUPECOL

Decreto n. 0703/GAB/PMJP/2026

RESPONSÁVEL PELA LICITAÇÃO:

[assinado eletronicamente]

Hevileny M^a C. L. Jardim

Agente de Contratação/Pregoeira

Decreto n° 0703/GAB/PMJP/2026



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a **aquisição de instrumentos musicais e acessórios** destinados à fanfarra municipal, incluindo bumbos, caixas de guerra, repiques, sextetom, tantan, agogô, chocalhos, pratos, trompetes, carriers e demais acessórios essenciais à plena execução das atividades da fanfarra, conforme detalhamento e quantidades constantes no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência.

1.2 Trata-se de bens comuns, de natureza durável, de uso coletivo, que serão incorporados ao patrimônio da Administração Municipal, com recebimento, conferência e ateste formal da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEMES), sendo a Fundação Cultural de Ji-Paraná responsável apenas como parceira no processo de aquisição, sem que isso implique transferência de titularidade ou responsabilidade exclusiva sobre os bens.

1.3 O contrato terá **vigência de 12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, incluindo todas as etapas de fornecimento, entrega, recebimento e eventuais ajustes, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, desde que haja interesse da Administração e justificativa formal, observadas as disposições legais aplicáveis, notadamente o que dispõe a Lei nº 14.133/2021, garantindo a continuidade do atendimento às necessidades da fanfarra e dos alunos da rede municipal de ensino.

1.4 Os quantitativos foram definidos com base na estimativa de necessidade real da fanfarra, considerando o número atual de integrantes, o inventário existente de instrumentos e a previsão de crescimento da fanfarra, conforme demonstrado no [Estudo Técnico 15 de 24/03/2026 \(ID 2546348\)](#) que acompanha este Termo de Referência, assegurando que todos os alunos tenham instrumentos próprios, em condições adequadas de uso.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A presente contratação decorre da necessidade premente de aquisição de instrumentos musicais para a fanfarra municipal, composta atualmente por 32 integrantes. O inventário existente apresenta insuficiência de instrumentos, desgaste acentuado e obsolescência de equipamentos essenciais, incluindo trompetes, caixas, bumbos e instrumentos de percussão complementar.

2.1.1 Essa carência compromete a participação plena de todos os membros, a qualidade técnica do som produzido e a execução de atividades pedagógicas e culturais.

2.1.2 A aquisição tem como objetivos principais:

- a) Estimular o desenvolvimento cultural, social e educacional dos alunos e membros da comunidade, promovendo habilidades musicais e disciplina artística;
- b) Promover a inclusão social, fortalecendo vínculos entre os participantes da fanfarra, especialmente crianças e adolescentes, e proporcionando ocupação educativa e saudável;
- c) Garantir a participação da fanfarra em eventos cívicos, culturais e competições, assegurando que todos os músicos tenham instrumentos próprios e em condições adequadas de uso;

d) Elevar a qualidade técnica e sonora da fanfarra, padronizando os instrumentos e garantindo a uniformidade do desempenho coletivo.

2.2 O presente objeto está estritamente alinhado às competências institucionais da Fundação Cultural de Ji-Paraná, que tem entre suas atribuições o fomento a atividades culturais, a organização de grupos artísticos e a promoção de ações educativas por meio da música, atuando como parceira na execução, enquanto a SEMES será responsável pelo recebimento, conferência e ateste formal dos instrumentos.

2.3 Adequação da Solução e Quantitativos

2.3.1 A solução proposta consiste na aquisição de instrumentos novos, conforme detalhamento e quantitativos listados no item 9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, deste Termo de Referência.

2.3.2 A escolha da aquisição direta se justifica pelos seguintes motivos:

- a) Segurança Jurídica: instrumentos adquiridos pela Administração garantem propriedade plena, documentação fiscal regular e possibilidade de auditoria;
- b) Padronização Técnica e Sonora: todos os músicos terão instrumentos com características técnicas uniformes, essenciais para o desempenho coletivo;
- c) Durabilidade e Garantia: instrumentos novos possuem vida útil superior e cobertura mínima de 12 meses de garantia, reduzindo custos com manutenção corretiva;
- d) Atendimento à Demanda Atual e Futuro Crescimento: a quantidade prevista atende os integrantes existentes e prevê expansão da fanfarra, incluindo reservas para substituição imediata de instrumentos danificados.

2.3.3 Os quantitativos de cada item foram definidos com base na composição ideal da fanfarra, número de participantes por seção e necessidade de instrumentos individuais, assegurando que todos tenham acesso a equipamentos em condições de uso.

2.4 Vínculo com o Convênio

2.4.1 O recurso destinado à presente contratação provém do [TERMO DE CONVÊNIO N. 108-2024 de 19/04/2024 \(ID 798362\)](#), com prazo para aquisição do material prorrogado até o dia 31/05/2026, conforme [Anexo 2. 1º Termo Aditivo CV 108.2024 de 22/09/2025 \(ID 2060686\)](#), incluída no orçamento municipal para o exercício de 2025, conforme demonstrado no DFD - Formalização de Demanda que será juntado aos autos pela SEMES.

2.4.2 A aquisição dos instrumentos está em estrita conformidade com a finalidade do Convênio, que visa promover atividades culturais e educativas por meio da fanfarra municipal, fortalecendo a inclusão social, a formação musical e a valorização da cultura local.

2.4.3 A contratação assegura que os recursos sejam aplicados de forma eficiente, transparente e dentro da legalidade, atendendo ao plano de trabalho e às exigências formais de execução do convênio.

2.5 Fundamentação Legal

2.5.1 A presente contratação está fundamentada na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), especialmente no que dispõe o Art. 6º, inciso XXIII, alínea b, que estabelece a necessidade de justificar de forma detalhada a contratação no Termo de Referência, evidenciando a adequação ao interesse público e a economicidade da solução.

2.5.2 O tipo de contratação será Pregão Eletrônico na modalidade menor preço global, em conformidade com os art. 6º, XLI da Lei nº 14.133/2021, justificando-se a modalidade em razão de:

- a) Predominância de bens comuns, com características objetivas e padronizadas;
- b) Garantia de ampla competitividade, permitindo a participação de fornecedores especializados;

c) Maior transparência, agilidade e economicidade para a Administração Pública.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 A presente contratação tem como objeto a aquisição de um conjunto completo de instrumentos musicais e seus acessórios, destinados à fanfarra municipal, composta por alunos e jovens da rede municipal de ensino de Ji-Paraná, conforme estabelecido pelo Termo de Convênio nº 108/2024/PGE-SEJUCEL, no qual a Fundação Cultural atua como interveniente no Plano de Trabalho aprovado.

3.2 Os instrumentos a serem adquiridos incluem:

- a) Bumbos marciais 22x14, confeccionados em madeira de alta densidade, com revestimento externo, aros reforçados, peles de resposta adequada e acompanhados de carrier ergonômico para transporte e execução em desfiles;
- b) Caixas tenor 14x12, em madeira revestida, com aros metálicos, sistema de afinação regulável, pele tipo drum corps e utilização de carrier para sustentação durante apresentações;
- c) Caixas/repique 10x14 e 15x14, em alumisteel ou material equivalente, com estrutura leve e resistente, aros metálicos, pele leitosa e sistema de afinação compatível com execução em fanfarra;
- d) Caixas/repique 06x14, em alumínio ou material equivalente, com acabamento resistente, leveza para mobilidade e adequada resposta sonora para execução rítmica complementar;
- e) Caixas de bateria 14x5,5, confeccionadas em madeira, com esteira de 24 fios, ferragens reforçadas e sonoridade uniforme, adequadas à marcação rítmica da fanfarra;
- f) Conjuntos de sexto ton (sextetom), compostos por tambores em diferentes diâmetros (6, 8, 10, 12, 13 e 14), confeccionados em material resistente, com aros metálicos e peles adequadas, permitindo execução de arranjos rítmicos complexos;
- g) Tantans 70x14, confeccionados em madeira com acabamento em verniz ou material equivalente, ferragens reforçadas e pele tipo korino, garantindo resistência e qualidade sonora em ambientes internos e externos;
- h) Agogôs triplos e ganzás simples em alumínio ou material metálico equivalente, com acabamento resistente, utilizados como instrumentos de percussão complementar;
- i) Pares de pratos para fanfarra de 13 polegadas, em latão ou liga metálica equivalente, com acabamento adequado e timbre homogêneo;
- j) Surdos 60x24, confeccionados em alumínio ou material equivalente, com aros reforçados, peles resistentes e sistema de afinação adequado para uso em fanfarra;
- k) Trompetes em Si Bemol, com acabamento laqueado, válvulas de acionamento preciso, afinação padronizada e acompanhados de estojo de transporte;
- l) Carriers e acessórios de sustentação, compatíveis com os instrumentos de percussão, garantindo ergonomia, segurança e mobilidade durante ensaios e apresentações.

3.2.1 Todos os itens deverão ser novos, sem uso anterior, com garantia mínima de 12 meses, assistência técnica especializada, e entrega em embalagens apropriadas para transporte seguro.

3.3 A aquisição dos instrumentos visa atender integralmente às necessidades da fanfarra municipal, com foco em:

- a) Estruturação e reestruturação da fanfarra municipal, permitindo a formação completa de suas seções (percussão, sopros e instrumentos complementares);
- b) Execução de atividades pedagógicas, integrando o aprendizado musical ao desenvolvimento educacional dos estudantes;

- c) Participação em eventos cívicos e culturais, incluindo desfiles, apresentações em datas comemorativas e festivais, fortalecendo a presença cultural da cidade;
- d) Fomento à prática artística, à disciplina e à integração social, garantindo que todos os integrantes tenham instrumentos adequados e padronizados;
- e) Manutenção do patrimônio musical, substituindo instrumentos danificados ou obsoletos, assegurando continuidade das atividades e preservação do padrão sonoro da fanfarra.

3.4 Cada instrumento deve atender a critérios mínimos de qualidade, resistência, durabilidade e padronização sonora:

- a) Materiais: madeira de alta densidade, ligas metálicas resistentes, acabamento lacado ou revestido conforme padrão do fabricante;
- b) Dimensões e pesos: compatíveis com a ergonomia dos músicos e uso em atividades externas e internas;
- c) Acessórios inclusos: carriers, estojo de transporte, baquetas, esteiras e demais itens necessários para o uso imediato;
- d) Acabamento: superfície uniforme, resistente a intempéries e manuseio frequente;
- e) Garantia e manutenção: cobertura mínima de 12 meses, com possibilidade de reparo ou substituição sem ônus;
- f) Padronização sonora: instrumentos devem possibilitar uniforme sonoridade em ensaios, apresentações e eventos.

3.5 Após levantamento de alternativas, a aquisição direta de instrumentos novos foi identificada como a solução mais vantajosa:

- a) Segurança jurídica: aquisição formal assegura propriedade pública dos instrumentos, registro patrimonial, documentação fiscal regular e transparência para fiscalização e auditoria;
- b) Padronização e qualidade sonora: todos os músicos terão instrumentos de mesma qualidade, garantindo coesão sonora e uniforme desempenho musical;
- c) Durabilidade e garantia: instrumentos novos reduzem a necessidade de manutenção frequente e possuem cobertura mínima de 12 meses;
- d) Eficiência logística: entrega em lote único, armazenamento adequado e pronta disponibilização para ensaios e eventos;
- e) Atendimento à demanda atual e futura: suprimento completo para todos os músicos, com reserva técnica para reposição imediata de instrumentos;
- f) Razoabilidade econômica: aquisição compatível com a dotação da emenda parlamentar, atendendo aos princípios de economicidade, eficiência e legalidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

3.5.1 Alternativas como locação ou manutenção de instrumentos existentes apresentaram desvantagens significativas:

- a) Locação: custos recorrentes, ausência de patrimônio próprio, impossibilidade de padronização sonora e dependência de terceiros;
- b) Manutenção de instrumentos antigos: elevada probabilidade de falhas, desgaste dos instrumentos e custos adicionais contínuos, sem garantia de padronização sonora.

3.6 Logística e Forma de Fornecimento:

- a) Local de entrega: instrumentos serão entregues na SEMES;
- b) Prazos: Considerando a necessidade de observância ao prazo final para execução financeira do recurso até **maio de 2026**, bem como as etapas administrativas necessárias para conferência, armazenamento,

distribuição e ateste dos instrumentos musicais, estabelece-se o seguinte cronograma estimado, contado a partir da conclusão do processo licitatório e homologação do certame:

Etapa	Descrição da Atividade	Responsável	Prazo Estimado
1	Emissão da Nota de Empenho, formalizando a contratação	SEMES	Até o 5º dia útil
2	Fornecimento e entrega dos instrumentos musicais, contados a partir da emissão da Nota de Empenho, junto com a respectiva Nota Fiscal	Contratada	Até 30 dias após o recebimento da Nota de Empenho
3	Recebimento provisório dos instrumentos no Almoxarifado da Prefeitura Municipal, com conferência quantitativa inicial e verificação da integridade dos bens	Almoxarifado da Prefeitura	Até o 36º dia
4	Registro, baixa administrativa e encaminhamento dos instrumentos do Almoxarifado para a Secretaria Municipal de Educação SEMES	Almoxarifado da Prefeitura	Do 37º ao 45º dia
5	Inspeção técnica e qualitativa dos instrumentos, verificação de conformidade com o Termo de Referência, funcionamento, acessórios e condições de garantia	SEMES	Do 46º ao 55º dia
6	Emissão do ateste de recebimento definitivo, confirmando a aceitação integral do objeto	SEMES	Até o 56º dia
7	Processamento do pagamento, condicionado ao recebimento definitivo e ao ateste de conformidade	Contratada / Administração	Até o 60º dia

c) Responsabilidade do fornecedor: transporte seguro, embalagens originais, seguro contra danos e extravios, entrega completa e conferência formal;

d) Recebimento e conferência: a SEMES será responsável por atestar a conformidade e integridade de cada instrumento;

e) Pagamento: condicionado à entrega integral e aceitação formal, conforme legislação vigente e Termo de Referência.

3.6.1 O cronograma de execução física e administrativa da contratação deverá, obrigatoriamente, observar o disposto no item 5.3.1 Plano de Entrega Parcelada deste Termo de Referência considerando que, em razão do volume de instrumentos musicais e da complexidade logística envolvida, a entrega poderá ocorrer de forma fracionada, em lotes sucessivos, com prazos diferenciados.

3.7 Gestão do Ciclo de Vida do Objeto:

a) Inventário patrimonial: instrumentos cadastrados, permitindo rastreabilidade, manutenção e futuras reposições;

b) Garantia e assistência técnica: cobertura mínima de 12 meses, com suporte para ajustes, reparos ou substituições;

c) Manutenção preventiva: inspeção periódica dos instrumentos e substituição de peças desgastadas;

d) Reuso e logística reversa: descarte adequado de embalagens, orientação sobre eliminação de materiais e preservação ambiental;

e) Vida útil estimada: instrumentos com durabilidade média de 5 a 10 anos, considerando uso contínuo e manutenção adequada.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A contratação objetiva a aquisição de instrumentos musicais para estruturação e fortalecimento da fanfarra municipal, em consonância com o Termo de Convênio nº 108/2024/PGE-SEJUCEL. Para garantir a execução adequada do contrato e a entrega de produtos de qualidade, a contratação deve atender aos seguintes requisitos:

4.1.1 As especificações técnicas serão detalhadas no Item 5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES do [Estudo Técnico 15 de 24/03/2026 \(ID 2546348\)](#), mas já se antecipa que deverão contemplar, de forma pormenorizada:

- a) Tipo e modelo do instrumento: cada instrumento deverá estar identificado por categoria, modelo e padrão, considerando instrumentos de percussão, sopro e metais, conforme uso específico de fanfarra escolar e municipal.
- b) Materiais e acabamento: materiais de alta durabilidade, resistentes a uso contínuo e transporte frequente. Acabamentos que preservem a estética e funcionalidade dos instrumentos.
- c) Dimensões e ergonomia: adequadas para crianças, adolescentes e adultos participantes da fanfarra.
- d) Afinação e padrão musical: instrumentos calibrados para manter padrão musical compatível com práticas de fanfarras, garantindo uniformidade sonora.
- e) Acessórios e complementos: estojos, baquetas, correias, estojos protetores, palhetas e demais itens essenciais para uso imediato e seguro.

O detalhamento minucioso das especificações garante qualidade, padronização e durabilidade, evitando aquisição de produtos inadequados ou incompatíveis com o uso pedagógico e cultural da fanfarra.

4.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.2.1 A contratada deverá cumprir rigorosamente todas as obrigações descritas a seguir, sendo responsável pelo fornecimento integral dos instrumentos musicais conforme especificações técnicas definidas neste ETP e no Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções previstas em lei e no contrato:

a) Prazos de Entrega:

I- O fornecedor deverá entregar todos os instrumentos no prazo máximo estabelecido no item 3.6, linha b, deste Termo de Referência, respeitando o cronograma de entregas.

II- O cronograma deverá detalhar a entrega por tipo de instrumento, quantidade e localização, garantindo que todas as atividades previstas no Convênio nº 108/2024/PGE-SEJUCEL possam ser realizadas sem prejuízo.

III- A SEMES poderá exigir entregas parciais conforme conveniência e necessidade operacional, desde que previamente acordadas.

IV- A não observância do prazo de entrega implicará aplicação de multas contratuais e demais sanções administrativas, sem prejuízo da substituição dos produtos.

b) Garantia:

I- Todos os instrumentos devem possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, a contar da data de recebimento definitivo pela SEMES.

II- A garantia deverá abranger reparos ou substituição integral de instrumentos defeituosos, sem qualquer custo adicional para a Administração.

III- Produtos que apresentarem garantia superior à mínima prevista terão preferência, quando houver equivalência técnica.

IV- A contratada deverá fornecer manual de garantia, detalhando procedimentos para acionamento e prazos de atendimento.

c) Assistência Técnica e Manutenção:

I- A contratada deverá disponibilizar assistência técnica especializada durante todo o período de garantia, incluindo suporte remoto e presencial, se necessário.

II- Em caso de instrumentos com defeito de fabricação, a contratada se compromete à troca imediata, sem prejuízo das atividades da fanfarra.

III- Deve assegurar disponibilidade de pessoal técnico qualificado para ajustes, regulagens, manutenção corretiva ou preventiva, com agendamento prévio junto à SEMES.

IV- Todas as intervenções de manutenção devem ser registradas e relatadas, com evidência da resolução do problema.

d) Embalagem e Transporte:

I- Todos os instrumentos deverão ser entregues em embalagens originais, resistentes e lacradas, garantindo proteção contra impactos, umidade, deformações ou qualquer dano durante o transporte.

II- A contratada deverá fornecer instruções de manuseio seguro e cuidados com os instrumentos.

II- O transporte deverá ser realizado com seguro, quando aplicável, cobrindo danos, extravios ou perdas durante o deslocamento.

IV - O recebimento só será considerado definitivo após conferência da integridade, quantidade e conformidade dos instrumentos pela SEMES.

e) A execução do fornecimento deve respeitar rigorosamente a dotação orçamentária específica da emenda parlamentar vinculada ao Convênio nº 108/2024/PGE-SEJUCEL.

4.3 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Para assegurar a correta execução do contrato, a SEMES terá as seguintes responsabilidades:

a) Fornecer à contratada toda a documentação, informações e especificações técnicas necessárias para a execução da entrega.

b) Receber, conferir e atestar os instrumentos entregues, registrando quantitativos, qualidade e conformidade com as especificações do Termo de Referência.

c) Zelar pelo cumprimento das cláusulas contratuais, acompanhando prazos, qualidade, garantia, assistência técnica e demais obrigações da contratada.

d) Garantir que a utilização dos instrumentos esteja de acordo com os objetivos do Convênio e com o público-alvo definido neste Estudo Técnico Preliminar, especialmente quanto a atividades pedagógicas, culturais e sociais.

e) Manter registros de fiscalização, acompanhamento e eventuais ocorrências para efeito de auditoria e prestação de contas.

f) Notificar formalmente a contratada sobre qualquer irregularidade, descumprimento ou necessidade de ajuste, concedendo prazo para solução antes da aplicação de penalidades, conforme previsto em lei.

4.4 Subcontratação: Não será admitida a subcontratação parcial ou total dos serviços de fornecimento dos instrumentos musicais, considerando a necessidade de padronização operacional, qualidade integral dos instrumentos e responsabilidade única da empresa contratada.

4.4.1 Toda a execução, desde o fornecimento, transporte, entrega, manutenção e assistência técnica, deverá ser realizada exclusivamente pela empresa contratada.

4.4.2 A vedação à subcontratação visa assegurar que todos os instrumentos entregues atendam aos padrões técnicos, pedagógicos e de durabilidade estabelecidos no Termo de Referência e neste ETP.

4.4.3 Eventuais descumprimentos desta cláusula implicarão penalidades contratuais, incluindo advertência, multa e eventual rescisão, sem prejuízo de responsabilização administrativa e civil.

4.5 A contratação deverá observar princípios de sustentabilidade e responsabilidade ambiental, incluindo:

- a) Logística reversa: o fornecedor deverá orientar sobre descarte adequado de embalagens e materiais residuais;
- b) Reciclagem e reaproveitamento: sempre que possível, materiais recicláveis ou reutilizáveis deverão ser empregados;
- c) Conformidade legal ambiental: atendimento à Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e demais normas aplicáveis;
- d) Boas práticas de transporte e manuseio: minimizando desperdícios, danos e impactos ambientais durante a entrega.

4.6 O detalhamento contido neste item do Termo de Referência orientarão a licitação, preferencialmente na modalidade Pregão Eletrônico, por se tratar de bens comuns, padronizados e de valor compatível com a dotação orçamentária disponível.

4.6.1 A especificação minuciosa dos requisitos assegura:

- a) Qualidade e durabilidade dos instrumentos;
- b) Cumprimento dos prazos e condições contratuais;
- c) Conformidade com princípios legais e de sustentabilidade;
- d) Segurança jurídica do processo de contratação.

4.7 EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

4.7.1 Para participar do certame licitatório, a empresa deverá comprovar capacidade jurídica, fiscal, econômico-financeira e técnica, conforme detalhado a seguir:

4.7.1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

4.7.1.1.1 O licitante deverá apresentar documentação de acordo com sua natureza jurídica:

- a) Empresário Individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, junto à Junta Comercial da sede.
- b) Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), autenticidade verificada no site oficial do Governo Federal.
- c) Sociedade Empresária, SLU ou EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social registrado na Junta Comercial, acompanhado de documentação dos administradores.
- d) Sociedade Simples: ato constitutivo registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, com comprovação de indicação de administradores.
- e) Filial, Sucursal ou Agência: ato constitutivo registrado no órgão competente, com averbação no registro da matriz.

4.7.1.2 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

4.7.1.2.1 A empresa deverá comprovar regularidade fiscal e trabalhista mediante:

- a) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) atualizado;
- b) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Federais e Dívida Ativa da União;
- c) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Estaduais;
- d) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Municipais;
- e) Comprovante de regularidade com o FGTS;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- g) Certidão Negativa CGE - CAGEFIMP;
- h) Consulta Optante Simples Nacional, quando aplicável;
- i) Declaração de isenção de tributos estaduais ou municipais, quando aplicável.

4.7.1.3 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.7.1.3.1 A empresa deverá comprovar capacidade econômico-financeira para execução do contrato:

- a) Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b) Declaração assinada por profissional contábil atestando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1;
- c) Caso algum índice seja igual a 1, comprovação de patrimônio líquido ou capital social mínimo de 10% do valor estimado da contratação;
- d) Empresas com menos de dois anos de constituição poderão apresentar documentação referente ao último exercício ou balanço de abertura, conforme o caso;
- e) O MEI deverá apresentar balanço patrimonial simplificado para fins de habilitação.

4.7.1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.7.1.4.1 A empresa deverá comprovar capacidade técnica compatível com o fornecimento de instrumentos musicais, incluindo:

- a) Experiência comprovada em fornecimento de instrumentos musicais ou bens similares para projetos educacionais ou culturais;
- b) Apresentação de **no mínimo um atestado de capacidade técnica**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando fornecimento de produtos similares em quantidade e complexidade compatível;
- c) Comprovação de que a empresa possui estrutura técnica e operacional adequada para entrega, assistência técnica e manutenção dos instrumentos;
- d) Atestados de experiência devem estar em nome da licitante, em papel timbrado e assinados por representante autorizado;
- e) A Administração poderá solicitar documentos adicionais para comprovar a veracidade e legitimidade dos atestados.

4.7.5 .1 DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS

4.7.5.1.1 O licitante deverá declarar, sob pena de inabilitação:

- a) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz;
- b) Que não utiliza trabalho forçado ou degradante em sua cadeia produtiva;
- c) Que cumpre legislação sobre reserva de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social;
- d) Que não possui impedimentos legais à habilitação e não está declarado inidôneo ou impedido de contratar com a Administração Pública;
- e) Que não possui servidor público em seu quadro societário;
- f) Que cumpre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709/2018;
- g) Que tem pleno conhecimento das condições do edital e de que sua proposta contempla todos os custos trabalhistas, previdenciários e fiscais;
- h) Que atende aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, nos termos do art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 O modelo de execução do objeto consiste na definição de como a contratação deverá produzir os resultados pretendidos, desde a assinatura do contrato até a entrega final e aceitação dos instrumentos musicais, assegurando a eficiência, a economicidade e a conformidade com a legislação aplicável.

5.2 Local e Condições de Entrega

5.2.1 Local de Entrega: A entrega dos instrumentos musicais deverá ser realizada na Secretaria Municipal de Esportes e Lazer - SEMES, situada à Avenida Transcontinental, n. 1505, Bairro Centro, em Ji-Paraná, RO, ou em outro local que venha a ser indicado formalmente pela SEMES, que será responsável pelo recebimento e ateste dos materiais.

5.2.2 Responsável pelo Recebimento: O recebimento provisório e definitivo será realizado por servidor designado pela SEMES, que terá atribuição formal de conferência quantitativa e qualitativa, emissão de termos de ateste e comunicação à Fundação Cultural de Ji-Paraná, que atua apenas como parceira e órgão gestor do processo administrativo.

5.2.3 Prazos de Entrega: O fornecedor deverá entregar os instrumentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato ou emissão da ordem de fornecimento, respeitando o cronograma físico-financeiro previsto.

5.2.4 Embalagem e Transporte: Os instrumentos deverão ser entregues em embalagens adequadas que garantam a integridade durante o transporte, sem ônus adicional para a Administração Pública.

5.2.4.1 O fornecedor deverá responsabilizar-se por qualquer dano ocorrido no transporte até a entrega final. O transporte deverá obedecer às normas de segurança e acondicionamento adequadas a cada tipo de instrumento.

5.3 Cronograma Físico-Financeiro

5.3.1 Plano de Entrega Parcelada: Em função do volume de instrumentos e da complexidade logística, a entrega poderá ser realizada em lotes, com etapas definidas e cronograma a ser detalhado no contrato:

Lote	Instrumentos	Prazo de Entrega (dias)	Observações
1	Bumbos e Caixas de Percussão	15	Conferência quantitativa inicial
2	Trompetes e Sextetons	25	Conferência e teste individual
3	Percussão complementar (tantan, repiques, agogô, chocalhos, pratos)	30	Recebimento definitivo e ateste final

5.3.2 Os pagamentos serão vinculados à entrega dos lotes e ao ateste formal do recebimento, obedecendo às normas de execução orçamentária da emenda parlamentar.

5.3.3 Cada parcela de pagamento será liberada somente após verificação da conformidade dos itens entregues.

5.4 Inspeção e Aceitação (Recebimento)

5.4.1 Recebimento Provisório: Será realizada conferência quantitativa inicial, verificando se a quantidade de instrumentos entregues corresponde à prevista no contrato. Eventuais divergências serão registradas em termo específico e comunicadas ao fornecedor para regularização imediata.

5.4.2 Recebimento Definitivo: A inspeção qualitativa ocorrerá no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, englobando:

- a) Teste de funcionamento de todos os instrumentos;
- b) Verificação de conformidade com as especificações técnicas detalhadas;

c) Avaliação de acabamento, integridade e acessórios inclusos.

5.4.3 Critérios de Aceitabilidade:

a) Conformidade com as especificações do Termo de Referência;

b) Funcionamento adequado, sem defeitos de fabricação;

c) Inclusão de todos os acessórios obrigatórios (baquetas, estojos, estoques, esteiras, etc.);

d) Possibilidade de rejeição parcial ou total caso haja não conformidade, com substituição pelo fornecedor.

5.4.4 Documentação Exigida:

a) Nota fiscal/fatura do fornecimento;

b) Certificado de garantia mínimo de 12 meses;

c) Manual de instruções em português;

d) Certificações técnicas aplicáveis (INMETRO, ABNT/ISO) conforme cada instrumento.

5.5 Garantia e Assistência Técnica

5.5.1 Prazo de Garantia: Todos os instrumentos deverão possuir garantia mínima de 12 meses, abrangendo defeitos de fabricação e problemas de funcionamento.

5.5.2 Condições de Assistência Técnica:

a) O fornecedor deverá garantir a assistência técnica para reparos ou substituição de instrumentos defeituosos;

b) O fornecedor arcará com custos de transporte e frete para reposição ou reparo dos itens;

c) Todos os serviços deverão ser prestados no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após a solicitação formal da SEMES;

d) A empresa deverá manter canais de contato claros para suporte técnico, incluindo e-mail, telefone e endereço físico, garantindo atendimento ágil e eficiente.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O modelo de gestão do contrato tem como objetivo garantir que a execução do objeto seja acompanhada, fiscalizada e controlada de forma eficaz pelos agentes públicos designados, assegurando a conformidade com as especificações do edital, a legislação vigente e os princípios de economicidade, eficiência e transparência previstos na Lei nº 14.133/2021.

6.2 Designação dos Responsáveis

6.2.1 A autoridade competente da SEMES designará formalmente:

a) Gestor do Contrato: responsável pelo acompanhamento global da execução, interface com a contratada e supervisão do cumprimento das cláusulas contratuais, para a função será designada a servidora Andreia Lima Rodrigues, matrícula 96291;

b) Fiscal do Contrato (titular e suplente): responsável pela fiscalização direta do objeto, conferência quantitativa e qualitativa dos instrumentos, registro de ocorrências e comunicação de irregularidades, para a função será designado o servidor Benedito Rogeldo Bezerra de Menezes, matrícula 7881.

6.2.2 A designação será formalizada por portaria ou ato administrativo específico, constando os nomes, cargos, funções e responsabilidades atribuídas a cada servidor.

6.3 Atribuições do Gestor e Fiscais

6.3.1 Gestor do Contrato:

a) Supervisionar o cumprimento integral das obrigações contratuais;

b) Coordenar as atividades de fiscalização realizadas pelos fiscais;

- c) Receber relatórios e comunicações sobre ocorrências durante a execução do contrato;
- d) Aprovar o recebimento definitivo dos instrumentos, atestando a conformidade com as especificações técnicas;
- e) Comunicar formalmente à contratada sobre qualquer irregularidade ou descumprimento identificado;
- f) Propor medidas corretivas e aplicar penalidades previstas no contrato, quando cabível.

6.3.2 Fiscais do Contrato:

- a) Conferir quantitativa e qualitativamente os instrumentos entregues, verificando conformidade com o edital e Termo de Referência;
- b) Registrar todas as ocorrências em documento formal (diário de fiscalização ou formulário equivalente);
- c) Auxiliar o gestor do contrato na verificação de garantia, assistência técnica e substituição de itens defeituosos;
- d) Atestar as Notas Fiscais para fins de pagamento, somente após a confirmação da entrega em conformidade com o contrato.

6.4 Procedimentos de Acompanhamento e Fiscalização

6.4.1 A fiscalização será realizada por meio de rotinas que incluem, entre outros:

- a) Verificação física no ato da entrega, conferindo quantitativos, modelos, marcas e condições dos instrumentos;
- b) Testes de funcionamento, quando aplicável, para garantir que os instrumentos estejam operacionais e sem defeitos de fabricação;
- c) Conferência de documentação, incluindo nota fiscal, certificado de garantia e manuais;
- d) Registro de ocorrências, documentando qualquer irregularidade, defeito ou descumprimento;
- e) Comunicação formal à contratada de falhas ou não conformidades, com prazo para correção;
- f) Recebimento provisório e definitivo, com emissão de termos de ateste para pagamento.

6.5 Sanções Administrativas

6.5.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais por parte da CONTRATADA sujeitará a empresa às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, bem como às demais responsabilidades de natureza civil, administrativa e, quando cabível, criminal, assegurado sempre o direito à ampla defesa e ao contraditório.

6.5.2 Nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA será responsabilizada pelas seguintes infrações, adaptadas ao objeto da aquisição de instrumentos musicais:

- I- Dar causa à inexecução parcial do contrato, como entrega de quantidade inferior à contratada ou entrega de itens divergentes das especificações técnicas;
- II- Dar causa à inexecução parcial com grave dano à Administração, como fornecimento de instrumentos defeituosos que inviabilizem a execução de políticas públicas educacionais ou culturais;
- III- Dar causa à inexecução total do contrato, mediante não entrega integral dos instrumentos dentro dos prazos estabelecidos;
- IV- Deixar de entregar a documentação obrigatória para a fase de contratação, como nota fiscal idônea, certificados de garantia e manuais;
- V- Não manter a proposta apresentada, salvo motivo superveniente devidamente justificado;
- VI- Não celebrar o contrato ou não entregar documentos quando convocada, dentro da validade da proposta;
- VII- Retardar injustificadamente a entrega dos instrumentos, em prejuízo da execução das atividades pedagógicas, culturais e sociais vinculadas ao projeto;
- VIII- Apresentar declaração, catálogo, amostra ou documentação falsa;

IX- Praticar fraude na entrega, como tentar fornecer instrumentos usados ou remanufaturados como se fossem novos;

X- Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza relacionada à contratação;

XI- Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar o processo licitatório ou sua execução;

XII- Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), aplicável também aos contratos administrativos.

6.5.3 Conforme art. 156 da Lei nº 14.133/2021, poderão ser aplicadas à CONTRATADA as seguintes sanções, sempre em processo administrativo regular:

I- Advertência, aplicável exclusivamente a infrações leves, como pequenos desvios de documentação ou irregularidades sanáveis, desde que não haja dano relevante ao interesse público;

II- Multa, proporcional à gravidade da infração, entre 0,5% e 30% do valor total do contrato, sendo que, para esta contratação, estabelece-se multa contratual padrão de 3% (três por cento) do valor global para descumprimento relevante, sem prejuízo de multas maiores em casos expressamente previstos em lei;

III- Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 3 (três) anos, aplicável para infrações de maior gravidade que não justifiquem declaração de inidoneidade;

IV- Declaração de inidoneidade, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, aplicável nos casos de fraude, má-fé comprovada, apresentação de documentos falsos, conduta ilícita grave ou prática de atos de corrupção.

6.5.4 A autoridade competente observará, conforme o art. 156, §1º da Lei nº 14.133/2021:

I- A natureza e gravidade da infração;

II- As condições e circunstâncias do fato, incluindo dolo ou culpa da CONTRATADA;

III- A repetição ou continuidade da irregularidade;

IV- Os danos efetivamente causados à Administração;

V- A existência de mecanismos internos de integridade e prevenção de riscos por parte da contratada (compliance).

6.5.5 A aplicação das penalidades seguirá a lógica de gravidade crescente:

I- Advertência: aplicada apenas para infrações leves (art. 155, I);

II- Multa: aplicável isoladamente ou cumulada com outras penalidades, sempre proporcional ao dano e limitada ao percentual contratualmente previsto;

III- Impedimento de licitar e contratar: aplicado a infrações intermediárias e graves, como as previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 155;

IV- Declaração de inidoneidade: aplicada às infrações gravíssimas, como fraude, corrupção, apresentação de documentos falsos ou condutas lesivas ao interesse público (art. 155, incisos VIII a XII).

6.5.5 Qualquer penalidade deverá observar processo formal com:

a) Notificação oficial da CONTRATADA, com relato do fato e indicação da possível infração;

b) Concessão de prazo para defesa prévia e apresentação de documentos;

c) Análise técnica e jurídica da ocorrência;

d) Decisão fundamentada da autoridade competente;

e) Registro e publicação no meio oficial, garantindo transparência.

6.5.6 Com base no art. 45 da Lei nº 9.784/1999, a Administração poderá adotar medidas cautelares para evitar danos ao interesse público, incluindo:

a) Suspensão de pagamentos;

b) Bloqueio de parcelas ainda não liquidadas;

c) Suspensão de novas entregas enquanto perdurar a irregularidade.

6.5.7 A contratação poderá ser rescindida nos casos previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente quando houver:

I- Inexecução total ou parcial do contrato;

II- Entrega de instrumentos em desconformidade com as especificações;

III- Reiteração de atrasos injustificados;

IV- Recusa em substituir itens defeituosos;

V- Falência, dissolução ou incapacidade operacional da contratada;

VI- Prática comprovada de fraude, corrupção ou documentos falsos.

6.5.7.1 A rescisão observará:

a) notificação formal;

b) abertura de processo administrativo;

c) apuração de responsabilidades;

d) cálculo de multas, indenizações e restituições;

e) registro e publicação oficial.

6.5.8 As sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e declaração de inidoneidade podem ser aplicadas cumulativamente, sempre que o fato justificar.

6.5.8.1 A imposição das penalidades não afasta:

a) a obrigação de reparar integralmente os danos;

b) o ressarcimento de valores pagos indevidamente;

c) a execução da garantia contratual.

6.5.9 A multa contratual de 3% (três por cento) será aplicada sobre o valor do LOTE afetado pelo descumprimento, e não sobre o valor global do contrato.

6.5.9.1 Essa definição é necessária porque:

a) o objeto está dividido por lotes, cada um com itens e valores independentes;

b) o descumprimento de um lote não compromete necessariamente os demais;

c) aplicar a multa sobre o valor total do contrato seria desproporcional e violaria os princípios da razoabilidade e proporcionalidade previstos na Lei nº 14.133/2021;

d) a fragmentação por lotes permite aferir o prejuízo em relação à parcela específica descumprida.

6.5.9.2 Assim, a base de cálculo fica definida da seguinte forma:

$$\text{Multa (3\%)} = 3\% \times \text{valor do lote inadimplido}$$

6.5.9.3 Essa regra aplica-se em casos como:

a) atraso na entrega dos itens de um lote;

b) entrega de produtos fora das especificações técnicas;

c) recusa injustificada em substituir itens defeituosos;

d) descumprimento de outras obrigações contratuais relacionadas a apenas um lote.

6.5.9.4 Quando o descumprimento atingir mais de um lote, a multa será calculada individualmente por lote afetado, somando-se os valores resultantes.

6.5.9.5 Essa sistemática assegura transparência, proporcionalidade e correta mensuração da penalidade, permitindo sua execução de forma objetiva pelo gestor e fiscais do contrato.

6.6 Transparência e Fiscalização do Recurso da Emenda Parlamentar

6.6.1 Considerando que a contratação será custeada com recursos de emenda parlamentar, a gestão do contrato exigirá rigor adicional na fiscalização, com registro formal de todas as etapas, garantindo:

- a) Total transparência;
- b) Conformidade com os objetivos da emenda parlamentar;
- c) Comprovação documental da entrega e aceitação dos instrumentos;
- d) Prevenção de desperdício ou mau uso dos recursos públicos.

6.7 Vigência Contratual

6.7.1 A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura, observando-se que:

- a) a vigência poderá ser prorrogada somente nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificada e autorizada pela autoridade competente;
- b) considerando tratar-se de aquisição de bens, eventual prorrogação será excepcional e apenas para finalização de obrigações pendentes, não podendo implicar aumento quantitativo não previsto originalmente;
- c) os prazos de entrega estabelecidos no Modelo de Execução continuam obrigatórios, independentemente do prazo total de vigência do contrato.

6.8 Vedação de Subcontratação

6.8.1 É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, por se tratar de fornecimento direto de bens específicos (instrumentos musicais) cujas características, qualidade, procedência e garantia devem ser integralmente asseguradas pela empresa vencedora.

6.8.2 Qualquer tentativa de subcontratação:

- a) caracterizará inadimplemento contratual;
- b) ensejará aplicação de penalidade;
- c) poderá fundamentar a rescisão unilateral prevista no Art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

6.8.3 A contratada deverá realizar todas as etapas por meios próprios, incluindo fornecimento, transporte, entrega e disponibilização da garantia dos instrumentos.

6.9 Garantia dos Bens Fornecidos

6.9.1 A garantia dos instrumentos musicais observará as seguintes condições, já definidas no ETP e neste Termo de Referência:

a) Prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo dos itens. A garantia deverá cobrir:

- I- defeitos de fabricação;
- II- falhas de funcionamento;
- III- vícios aparentes e ocultos.

b) Em caso de defeito durante o período de garantia, a contratada deverá:

- I- realizar o reparo ou substituição sem qualquer custo adicional para a Administração;
- II- providenciar o transporte/frete para retirada e devolução do item;
- III- efetuar o reparo/substituição no prazo máximo previsto em contrato (sugerido: até 30 dias corridos).

c) A não observância dos prazos ou a recusa injustificada em prestar a garantia ensejará:

- I- aplicação das penalidades previstas (advertência e multa de 3% sobre o valor do lote afetado);
- II- possibilidade de rescisão contratual por inexecução.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 A medição do objeto contratado refere-se ao recebimento e aceitação dos instrumentos musicais adquiridos, considerando a conformidade com este Termo de Referência e a proposta do fornecedor. Para

tanto, seguem os procedimentos:

7.1.1 Recebimento Provisório:

- a) Será realizado por servidor(es) ou comissão designada, formalmente indicada pela autoridade competente, imediatamente após a entrega dos instrumentos no local previsto neste Termo de Referência.
- b) O recebimento provisório inclui a conferência quantitativa de todos os itens descritos na proposta vencedora e neste Termo de Referência, verificando a existência de todos os instrumentos, acessórios e embalagens.

7.1.2 Inspeção Detalhada e Teste de Qualidade:

- a) Após o recebimento provisório, será realizada uma inspeção qualitativa, verificando:
- b) Estado de conservação e funcionamento de cada instrumento;
- c) Conformidade com as especificações técnicas (marca, modelo, material, acabamento, peso, dimensões);
- d) Inclusão de acessórios obrigatórios, como estojos, baquetas, palhetas, etc.;
- e) Apresentação de manual de instruções em língua portuguesa;
- f) Certificação do INMETRO ou conformidade com normas ABNT/ISO, quando aplicável.

7.1.3 Requisitos de Aceitabilidade:

- a) Instrumentos em perfeito estado, com todos os acessórios e documentação exigida, serão considerados aceitáveis.
- b) Qualquer instrumento com defeito, vício ou não conformidade poderá ser rejeitado, determinando sua substituição ou reparo imediato pela contratada, sem custo adicional.

7.1.4 Recebimento Definitivo:

- a) O recebimento definitivo ocorrerá após a inspeção detalhada e a constatação de que todos os instrumentos e acessórios estão em conformidade com o Termo de Referência.
- b) Será formalizado por Termo de Recebimento Definitivo, assinado pelo fiscal do contrato e pelo responsável pelo recebimento.
- c) O prazo máximo para a realização da inspeção e emissão do termo de recebimento definitivo será de 10 (dez) dias úteis a contar da entrega dos produtos pela contratada.

7.2 Critérios de Pagamento

7.2.1 O pagamento estará condicionado à emissão do Termo de Recebimento Definitivo e à conferência da Nota Fiscal/Fatura correspondente, atestada pelo gestor/fiscal do contrato.

7.2.2 Documentação Exigida: Para solicitar o pagamento, a contratada deverá apresentar:

- a) Nota Fiscal e Fatura correspondente ao lote entregue;
- b) Comprovante de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, conforme discriminados no item 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO;
- c) Demais documentos exigidos no Termo de Convênio ou normas aplicáveis.

7.2.3 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias úteis após o recebimento definitivo dos instrumentos e entrega completa da documentação exigida.

7.2.4 Os recursos utilizados para pagamento são oriundos do Termo de Convênio, sendo obrigatória a utilização da ficha orçamentária específica cadastrada no sistema de gestão de convênios para a movimentação dos valores.

7.2.5 Não será permitido pagamento antecipado, em conformidade com a legislação vigente, exceto em situações expressamente autorizadas por lei e devidamente justificadas no processo.

7.2.6 Caso haja necessidade de reajuste do valor do contrato, o índice aplicável será o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) ou outro índice oficial vigente na época, caso o IPCA deixe de ser

utilizado.

7.2.6.1 O reajuste será aplicado proporcionalmente ao período decorrido, observado o prazo mínimo de 12 meses de contrato para sua incidência.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 A presente contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021. O critério de julgamento adotado será o menor preço global, considerando o lote de instrumentos musicais, conforme estabelece o art. 6º, XLI da referida lei:

Art. 6º [...]

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

[...]

8.2 O modo de disputa será aberto, permitindo a apresentação sucessiva de lances pelos fornecedores habilitados, favorecendo a competitividade e a transparência do processo.

8.3 Para habilitação, o fornecedor deverá comprovar sua capacidade técnica, jurídica e fiscal, conforme exigido no item 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO deste Termo de Referência.

8.4 A comprovação da capacidade técnica se dará mediante apresentação de atestados que demonstrem fornecimento anterior de bens similares, em quantidade e complexidade compatíveis com o objeto desta contratação.

8.5 Além disso, poderão ser exigidas amostras, catálogos ou folders detalhados, para avaliação da qualidade e conformidade com as especificações técnicas dos instrumentos.

8.5 Todos os fornecedores deverão apresentar as declarações legais obrigatórias, incluindo a observância aos requisitos de habilitação, a inexistência de trabalho infantil e o cumprimento de normas legais e regulamentares aplicáveis à licitação, em consonância com o item 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO deste Termo de Referência.

8.6 A aceitabilidade das propostas será verificada conforme os critérios já definidos nos itens 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO e 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO deste Termo de Referência, incluindo a conformidade com as especificações técnicas detalhadas.

8.7 Somente serão aceitas as propostas que atendam integralmente a esses requisitos previamente estabelecidos.

8.8 O prazo máximo para entrega dos instrumentos, assim como a vinculação do pagamento ao recebimento e ateste definitivo, seguirá o cronograma físico-financeiro e os critérios de medição descritos nos itens 5.3 e 7 deste Termo de Referência, garantindo que a Administração receba os bens conforme especificado, com todos os acessórios e características técnicas exigidas.

8.9 Ressalta-se que os recursos destinados a esta contratação provêm do Termo de Convênio ([ID 798362](#)) firmado entre a Prefeitura Municipal de Ji-Paraná e o Governo do Estado.

8.10 O modelo de Pregão Eletrônico, aliado ao critério de menor preço global, assegura eficiência, economicidade e atendimento pleno aos objetivos culturais e sociais previstos.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O presente item tem por finalidade apresentar a estimativa do valor da contratação dos instrumentos musicais e acessórios destinados à fanfarra municipal, contemplando os preços unitários referenciais, a

memória de cálculo adotada, as fontes de pesquisa de mercado e a metodologia utilizada, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

9.2 A estimativa considera a necessidade integral de atendimento da fanfarra municipal, garantindo padronização sonora, qualidade técnica, durabilidade dos instrumentos e adequada aplicação dos recursos públicos oriundos do convênio.

9.3 Valor Total Estimado da Contratação:

9.3.1 O valor total estimado da presente contratação foi fixado em **R\$ 156.324,50 (cento e cinquenta e seis mil, trezentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos).**

9.3.1.1 O referido valor foi obtido a partir de pesquisa de mercado atualizada, realizada mediante solicitação formal de cotações a **quatro fornecedores especializados**, conforme documentação acostada aos autos.

9.3.1.2 Do total de fornecedores consultados:

- a) duas empresas não apresentaram retorno no prazo estabelecido;
- b) duas empresas apresentaram cotações válidas, completas e aptas à análise técnica e comparativa.

9.3.1.3 As propostas válidas apresentaram os seguintes valores globais:

a) **Empresa 01:** R\$ 139.715,00 ([ID 2552454](#)).

b) **Empresa 02:** R\$ 174.933,00 ([ID 2546321](#)).

9.3.1.4 Considerando a existência de duas cotações completas e válidas, adotou-se como metodologia o **cálculo da média aritmética dos preços unitários por item**, prática recomendada para mitigar distorções, evitar sobrepreço ou subavaliação e assegurar maior aderência ao valor de mercado.

9.3.1.5 A adoção da média como critério de estimativa mostra-se mais adequada do que a utilização isolada de uma única cotação, pois:

- a) amplia a confiabilidade da estimativa;
- b) reduz riscos de direcionamento ou discrepâncias de mercado;
- b) atende aos princípios da economicidade, razoabilidade e transparência;
- c) está alinhada às boas práticas de pesquisa de preços na Administração Pública.

9.3.2 O valor estimado foi apurado conforme a seguinte metodologia:

- I- levantamento dos preços unitários apresentados pelas empresas participantes;
- II- cálculo da média aritmética simples entre os valores unitários cotados;
- III- multiplicação do valor médio unitário pela quantidade prevista de cada item;
- IV- soma dos valores totais médios de todos os itens.

9.4 Planilha de Composição do Valor Estimado:

Item	Descrição	Und	Qtd	Empresa 1 (R\$ Unit.)	Empresa 1 (R\$ Total)	Empresa 2 (R\$ Unit.)	Empresa 2 (R\$ Total)	Valor Médio (R\$ Unit.)	Valor Médio (R\$ Total)
1	Bombo 22x14 c/ carrier	UN	13	2.037,00	26.481,00	1.980,00	25.740,00	2.008,50	26.110,50
2	Caixa tenor 14x12 c/ carrier	UN	11	1.659,00	18.249,00	2.100,00	23.100,00	1.879,50	20.674,50
3	Caixa/repique 10x14	UN	3	395,00	1.185,00	506,00	1.518,00	450,50	1.351,50
4	Caixa/repique 15x14	UN	2	549,00	1.098,00	790,00	1.580,00	669,50	1.339,00

Item	Descrição	Und	Qtd	Empresa 1 (R\$ Unit.)	Empresa 1 (R\$ Total)	Empresa 2 (R\$ Unit.)	Empresa 2 (R\$ Total)	Valor Médio (R\$ Unit.)	Valor Médio (R\$ Total)
5	Caixa bateria madeira 14x5.5	UN	11	690,00	7.590,00	875,00	9.625,00	782,50	8.607,50
6	Caixa/repique 06x14	UN	5	478,80	2.394,00	520,00	2.600,00	499,40	2.497,00
7	Sexto ton (conjunto)	UN	6	4.970,00	29.820,00	4.690,00	28.140,00	4.830,00	28.980,00
8	Tantan 70x14	UN	18	490,00	8.820,00	1.290,00	23.220,00	890,00	16.020,00
9	Agogô triplo	UN	4	390,00	1.560,00	290,00	1.160,00	340,00	1.360,00
10	Ganzá simples	UN	6	99,00	594,00	310,00	1.860,00	204,50	1.227,00
11	Par de pratos 13	UN	10	279,00	2.790,00	990,00	9.900,00	634,50	6.345,00
12	Surdo 60x24	UN	4	1.091,00	4.364,00	980,00	3.920,00	1.035,50	4.142,00
13	Trompete Sib c/ estojó	UN	13	1.690,00	21.970,00	1.690,00	21.970,00	1.690,00	21.970,00
14	Carrier	UN	20	590,00	11.800,00	980,00	19.600,00	785,00	15.700,00

9.5 A metodologia utilizada para estimativa de valor considerou os seguintes elementos:

a) Pesquisa de mercado detalhada:

I- Solicitação de cotações formais a quatro fornecedores especializados em instrumentos para fanfarras, incluindo fabricantes nacionais e distribuidores autorizados.

b) Cálculo do preço unitário referencial:

I- Para cada instrumento, foram comparados quatro preços de mercado;

II- Foi adotado como referência o preço médio ponderado, ajustado às especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

III- Itens com variação significativa de preço foram analisados individualmente, garantindo que a estimativa reflita o valor real de mercado.

c) Cálculo do valor total da contratação:

I- Multiplicação do preço unitário referencial pela quantidade necessária de cada instrumento;

II- Soma dos valores de todos os itens, considerando instrumentos novos, garantia mínima de 12 meses, pronta entrega, assistência técnica e acessórios inclusos;

III- Inclusão de reserva técnica para reposição emergencial de instrumentos danificados ou desgastados durante o período de vigência do contrato.

9.6 A aquisição de instrumentos novos assegura propriedade patrimonial da SEMES, redução de custos com manutenção corretiva, padronização sonora, disponibilidade imediata para ensaios e apresentações, e alinhamento aos objetivos pedagógicos e culturais do Convênio.

9.7 A estimativa do valor da contratação usou como base as cotações fornecidas por fornecedores locais.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A presente contratação encontra-se em plena conformidade com a previsão orçamentária e financeira da SEMES, assegurando que os recursos destinados à aquisição dos bens estão adequadamente previstos na Lei Orçamentária Anual e disponíveis para sua execução.

Fonte de recurso: Prefeitura Municipal de Ji-Paraná - 02

Unidade Gestora: Secretaria Municipal de Esportes e Lazer - 02 13

Unidade Orçamentária: COORDENADORIA DE DESPORTO E LAZER - 021302

Projeto/Atividade: Desporto Comunitário - 26 812

Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

11. CONFORMIDADE DA CONTRATAÇÃO ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO CULTURAL E DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 A presente contratação será formalizada pela **Fundação Cultural de Ji-Paraná**, na qualidade de instituição parceira, **não havendo transferência de encargos financeiros para a Fundação**, uma vez que os recursos destinados à aquisição dos instrumentos musicais serão integralmente custeados pela **Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEMES)**, responsável pelo recebimento, inspeção e ateste dos bens adquiridos.

11.2 A contratação está vinculada ao **Termo de Convênio ([ID 798362](#))**, firmado entre a Prefeitura Municipal de Ji-Paraná e o Governo do Estado de Rondônia, destinado à aquisição de instrumentos musicais para a fanfarra municipal.

11.3 O Convênio estabelece que os recursos financeiros devem ser aplicados estritamente na execução do objeto previsto e em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado, garantindo a transparência e legalidade na utilização da verba pública.

11.4 Destaca-se que a execução integral da contratação é **imprescindível**, uma vez que a não finalização da aquisição até o prazo final estipulado no **Termo Aditivo ([ID 2060686](#)) ao Convênio, 31 de maio de 2026**, implicará na obrigatoria **devolução dos recursos financeiros ao Governo do Estado**, em conformidade com as normas de gestão de convênios e com a legislação vigente, sem possibilidade de utilização para outros fins.

11.5 Assim, a presente contratação atende plenamente aos princípios da **economicidade, eficiência e legalidade**, sendo indispensável para a concretização das finalidades previstas no Convênio, garantindo que a fanfarra municipal possa operar com instrumentos adequados, promovendo o fomento cultural, social e educacional previsto pelo programa estadual.

Ji-Paraná, data da assinatura eletrônica.

Equipe responsável:

Elaborado por:

Cyntia Pergentino Lacerda da Silva

Assessora Especial

Decreto n. 2623/2025

Revisado por:





APROVO o presente Termo de Referência, cuja finalidade é subsidiar a contratação de todas as informações necessárias, estando presentes os elementos essenciais à identificação do objeto e todos os critérios para contratação de forma clara e concisa, além de cumprir com o determinado na legislação.

Aprovado por:

(assinado eletronicamente)
Keila Barbosa da Silva
Presidente da Fundação Cultural de Ji-Paraná
Decreto n. 0041/2025

(assinado eletronicamente)
Alessandro Barroso Duarte
Secretário Municipal de Esportes e Lazer
Decreto n. 0075/2025

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br

 SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA LOGIN E SENHA	Documento assinado eletronicamente por CYNTHIA PERGENTINO LACERDA DA SILVA, ASSESSOR (A) ESPECIAL - FUNDAÇÃO CULTURAL , em 26/03/2026 às 08:46, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023 .
 SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA LOGIN E SENHA	Documento assinado eletronicamente por DANIELE DIAS DE PAULA, ASSESSOR (A) ESPECIAL - FUNDAÇÃO CULTURAL , em 26/03/2026 às 08:53, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023 .
 SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA LOGIN E SENHA	Documento assinado eletronicamente por KEILA BARBOSA DA SILVA, PRESIDENTE FUNDAÇÃO CULTURAL , em 26/03/2026 às 08:57, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023 .
 SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA LOGIN E SENHA	Documento assinado eletronicamente por ALESSANDRO BARROSO DUARTE, SECRETARIO MUNICIPAL DE ESPORTES , em 26/03/2026 às 10:30, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023 .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2547628** e o código verificador **E3C0E02E**.

Referência: [Processo nº 1-11655/2023](#).

Docto ID: 2547628 v1



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. UNIDADE REQUISITANTE E RESPONSÁVEL PELA DEMANDA

1.1 A presente contratação é demandada pela **Secretaria Municipal de Esportes (SEMES)**, tendo como interveniente a **Fundação Cultural de Ji-Paraná**, nos termos do [TERMO DE CONVÊNIO N. 108-2024 de 19/04/2024 \(ID 798362\)](#), aditivado para prorrogar o prazo até o dia 31/05/2026, conforme [Anexo 2. 1º Termo Aditivo CV 108.2024 de 22/09/2025 \(ID 2060686\)](#), cujo Plano de Trabalho aprovado prevê a **aquisição de instrumentos musicais destinados à fanfarra municipal**.

1.2 A responsável pela validação da necessidade e pelo encaminhamento da demanda é a Presidente da Fundação Cultural de Ji-Paraná, Sra. Keila Barbosa da Silva, que atesta a pertinência, adequação e compatibilidade da aquisição com os objetivos pactuados no referido Convênio e com as ações desenvolvidas em parceria com a SEMES.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Secretaria Municipal de Esportes - SEMES, em parceria com a Fundação Cultural de Ji-Paraná, identificou a necessidade urgente de aquisição de instrumentos musicais para composição e fortalecimento da fanfarra municipal.

2.1.1 Atualmente, a fanfarra encontra-se sem estrutura adequada para execução das atividades propostas no âmbito cultural, esportivo e cívico, devido à inexistência e/ou insuficiência de instrumentos musicais.

2.1.2 A ausência de equipamentos inviabiliza ensaios, apresentações e a formação de novos integrantes, prejudicando a continuidade de projetos educacionais, artísticos e de integração social executados pela SEMES, com apoio da Fundação Cultural.

2.2 A aquisição dos instrumentos musicais tem como objetivos:

- a) Estruturar ou reestruturar a fanfarra municipal, garantindo condições materiais adequadas para sua atuação contínua.
- b) Promover o desenvolvimento artístico e cultural de crianças, adolescentes e jovens envolvidos nas atividades da SEMES e em projetos socioculturais da Fundação Cultural.
- c) Estimular a integração social, disciplina, trabalho em equipe e valorização da cultura local.
- d) Ampliar a participação do município em eventos, desfiles, apresentações públicas, competições e ações cívicas.
- e) Fortalecer políticas públicas culturais e esportivas, integrando ambas as áreas na formação pedagógica e comunitária.

2.3 A contratação está alinhada aos objetivos estratégicos da Fundação Cultural de Ji-Paraná e da SEMES, especialmente no tocante à promoção do acesso à cultura, ao fortalecimento de práticas educativas e ao incentivo a atividades artístico-musicais de caráter social.

2.3.1 Também está em conformidade com as metas estabelecidas no Plano de Trabalho aprovado através do Termo de Convênio nº 108/2024/PGE-SEJUCEL, que prevê expressamente a destinação de recursos para a aquisição de instrumentos musicais para uso da fanfarra municipal.

2.4 Os instrumentos musicais serão destinados:

- a) Aos participantes da fanfarra municipal vinculada à SEMES;
- b) Crianças, adolescentes e jovens atendidos por projetos esportivos, culturais e socioeducativos;
- c) Estudantes da rede municipal, quando envolvidos em ações integradas;
- d) Membros da comunidade que participam de apresentações, oficinas ou atividades relacionadas à fanfarra.

2.4.1 A aquisição beneficiará diretamente à população ji-paranaense, ampliando o acesso a atividades culturais e fortalecendo ações sociais promovidas pela Fundação Cultural e pela SEMES.

3. DEMONSTRAÇÃO DE PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA)

3.1 A presente contratação não constava originalmente prevista no Plano de Contratações Anual PCA para o exercício vigente.

3.2 A aquisição de instrumentos musicais para estruturação da fanfarra municipal não foi contemplada na fase inicial de planejamento, uma vez que a demanda surgiu posteriormente à aprovação do PCA, em decorrência da disponibilização de recurso específico oriundo do Convênio, destinado exclusivamente para tal finalidade, conforme previsto no [TERMO DE CONVÊNIO N. 108-2024 de 19/04/2024 \(ID 798362\)](#).

3.3 A inclusão extemporânea desta contratação justifica-se pela necessidade relevante e superveniente de atender às ações culturais, esportivas e socioeducativas desenvolvidas em parceria com a Secretaria Municipal de Esportes (SEMES).

3.4 Tal aquisição é essencial para a criação, reestruturação e manutenção da fanfarra municipal, possibilitando a execução de atividades artísticas e cívicas, contribuindo diretamente para o desenvolvimento cultural da comunidade, conforme exposto no item Descrição da Necessidade da Contratação deste ETP.

3.5 Embora a demanda não estivesse inicialmente prevista no planejamento anual, há compatibilidade orçamentária e disponibilidade financeira assegurada, visto que os recursos foram especificamente repassados via emenda parlamentar vinculada ao Convênio nº 108/2024/PGE-SEJUCEL. Assim, a contratação revela-se plenamente viável sob o ponto de vista financeiro.

3.6 A alteração do PCA para inclusão desta contratação observa as disposições da Lei nº 14.133/2021, que permite ajustes e atualizações no planejamento da contratação ao longo do exercício, desde que justificados e aprovados pela autoridade competente, condição esta devidamente atendida.

3.7 Por fim, registra-se que a demanda foi formalizada por meio do Documento de Formalização de Demanda (DFD) que será anexada aos autos pela SEMES, que fundamentou a abertura do processo e subsidiou a elaboração deste Estudo Técnico Preliminar - ETP, em conformidade com os requisitos legais e procedimentais aplicáveis.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A contratação objetiva a aquisição de instrumentos musicais para estruturação e fortalecimento da fanfarra municipal, em consonância com o Termo de Convênio nº 108/2024/PGE-SEJUCEL. Para garantir a execução adequada do contrato e a entrega de produtos de qualidade, a contratação deve atender aos seguintes requisitos:

4.1.1 As especificações técnicas serão detalhadas no Item 5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES, mas já se antecipa que deverão contemplar, de forma pormenorizada:

- a) Tipo e modelo do instrumento: cada instrumento deverá estar identificado por categoria, modelo e padrão, considerando instrumentos de percussão, sopro e metais, conforme uso específico de fanfarra escolar e municipal.
- b) Materiais e acabamento: materiais de alta durabilidade, resistentes a uso contínuo e transporte frequente. Acabamentos que preservem a estética e funcionalidade dos instrumentos.
- c) Dimensões e ergonomia: adequadas para crianças, adolescentes e adultos participantes da fanfarra.
- d) Afinação e padrão musical: instrumentos calibrados para manter padrão musical compatível com práticas de fanfarras, garantindo uniformidade sonora.
- e) Acessórios e complementos: estojos, baquetas, correias, estojos protetores, palhetas e demais itens essenciais para uso imediato e seguro.

O detalhamento minucioso das especificações garante qualidade, padronização e durabilidade, evitando aquisição de produtos inadequados ou incompatíveis com o uso pedagógico e cultural da fanfarra.

4.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.2.1 A contratada deverá cumprir rigorosamente todas as obrigações descritas a seguir, sendo responsável pelo fornecimento integral dos instrumentos musicais conforme especificações técnicas definidas neste ETP e no Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções previstas em lei e no contrato:

a) Prazos de Entrega:

I- O fornecedor deverá entregar todos os instrumentos no prazo máximo estabelecido no Termo de Referência, respeitando o cronograma parcial e final de entregas.

II- O cronograma deverá detalhar a entrega por tipo de instrumento, quantidade e localização, garantindo que todas as atividades previstas no Convênio nº 108/2024/PGE-SEJUCEL possam ser realizadas sem prejuízo.

III- A SEMES poderá exigir entregas parciais conforme conveniência e necessidade operacional, desde que previamente acordadas.

IV- A não observância do prazo de entrega implicará aplicação de multas contratuais e demais sanções administrativas, sem prejuízo da substituição dos produtos.

b) Garantia:

I- Todos os instrumentos devem possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, a contar da data de recebimento definitivo pela SEMES.

II- A garantia deverá abranger reparos ou substituição integral de instrumentos defeituosos, sem qualquer custo adicional para a Administração.

III- Produtos que apresentarem garantia superior à mínima prevista terão preferência, quando houver equivalência técnica.

IV- A contratada deverá fornecer manual de garantia, detalhando procedimentos para acionamento e prazos de atendimento.

c) Assistência Técnica e Manutenção:

I- A contratada deverá disponibilizar assistência técnica especializada durante todo o período de garantia, incluindo suporte remoto e presencial, se necessário.

II- Em caso de instrumentos com defeito de fabricação, a contratada se compromete à troca imediata, sem prejuízo das atividades da fanfarra.

III- Deve assegurar disponibilidade de pessoal técnico qualificado para ajustes, regulagens, manutenção corretiva ou preventiva, com agendamento prévio junto à SEMES.

IV- Todas as intervenções de manutenção devem ser registradas e relatadas, com evidência da resolução do problema.

d) Embalagem e Transporte:

I- Todos os instrumentos deverão ser entregues em embalagens originais, resistentes e lacradas, garantindo proteção contra impactos, umidade, deformações ou qualquer dano durante o transporte.

II- A contratada deverá fornecer instruções de manuseio seguro e cuidados com os instrumentos.

II- O transporte deverá ser realizado com seguro, quando aplicável, cobrindo danos, extravios ou perdas durante o deslocamento.

IV - O recebimento só será considerado definitivo após conferência da integridade, quantidade e conformidade dos instrumentos pela SEMES.

e) A execução do fornecimento deve respeitar rigorosamente a dotação orçamentária específica da emenda parlamentar vinculada ao Convênio nº 108/2024/PGE-SEJUCEL.

4.3 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Para assegurar a correta execução do contrato, a SEMES terá as seguintes responsabilidades:

a) Fornecer à contratada toda a documentação, informações e especificações técnicas necessárias para a execução da entrega.

b) Receber, conferir e atestar os instrumentos entregues, registrando quantitativos, qualidade e conformidade com as especificações do Termo de Referência.

c) Zelar pelo cumprimento das cláusulas contratuais, acompanhando prazos, qualidade, garantia, assistência técnica e demais obrigações da contratada.

d) Garantir que a utilização dos instrumentos esteja de acordo com os objetivos do Convênio e com o público-alvo definido neste Estudo Técnico Preliminar, especialmente quanto a atividades pedagógicas, culturais e sociais.

e) Manter registros de fiscalização, acompanhamento e eventuais ocorrências para efeito de auditoria e prestação de contas.

f) Notificar formalmente a contratada sobre qualquer irregularidade, descumprimento ou necessidade de ajuste, concedendo prazo para solução antes da aplicação de penalidades, conforme previsto em lei.

4.4 Subcontratação: Não será admitida a subcontratação parcial ou total dos serviços de fornecimento dos instrumentos musicais, considerando a necessidade de padronização operacional, qualidade integral dos instrumentos e responsabilidade única da empresa contratada.

4.4.1 Toda a execução, desde o fornecimento, transporte, entrega, manutenção e assistência técnica, deverá ser realizada exclusivamente pela empresa contratada.

4.4.2 A vedação à subcontratação visa assegurar que todos os instrumentos entregues atendam aos padrões técnicos, pedagógicos e de durabilidade estabelecidos no Termo de Referência e neste ETP.

4.4.3 Eventuais descumprimentos desta cláusula implicarão penalidades contratuais, incluindo advertência, multa e eventual rescisão, sem prejuízo de responsabilização administrativa e civil.

4.5 A contratação deverá observar princípios de sustentabilidade e responsabilidade ambiental, incluindo:

a) Logística reversa: o fornecedor deverá orientar sobre descarte adequado de embalagens e materiais residuais;

b) Reciclagem e reaproveitamento: sempre que possível, materiais recicláveis ou reutilizáveis deverão ser empregados;

c) Conformidade legal ambiental: atendimento à Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e demais normas aplicáveis;

d) Boas práticas de transporte e manuseio: minimizando desperdícios, danos e impactos ambientais durante a entrega.

4.6 O detalhamento contido neste item do ETP serve como base técnica e jurídica para a elaboração do Termo de Referência (TR) ou Projeto Básico, que orientarão a licitação, preferencialmente na modalidade Pregão Eletrônico, por se tratar de bens comuns, padronizados e de valor compatível com a dotação orçamentária disponível.

4.6.1 A especificação minuciosa dos requisitos assegura:

- a) Qualidade e durabilidade dos instrumentos;
- b) Cumprimento dos prazos e condições contratuais;
- c) Conformidade com princípios legais e de sustentabilidade;
- d) Segurança jurídica do processo de contratação.

4.7 EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

4.7.1 Para participar do certame licitatório, a empresa deverá comprovar capacidade jurídica, fiscal, econômico-financeira e técnica, conforme detalhado a seguir:

4.7.1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

4.7.1.1.1 O licitante deverá apresentar documentação de acordo com sua natureza jurídica:

- a) Empresário Individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, junto à Junta Comercial da sede.
- b) Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), autenticidade verificada no sítio oficial do Governo Federal.
- c) Sociedade Empresária, SLU ou EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social registrado na Junta Comercial, acompanhado de documentação dos administradores.
- d) Sociedade Simples: ato constitutivo registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, com comprovação de indicação de administradores.
- e) Filial, Sucursal ou Agência: ato constitutivo registrado no órgão competente, com averbação no registro da matriz.

4.7.1.2 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

4.7.1.2.1 A empresa deverá comprovar regularidade fiscal e trabalhista mediante:

- a) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) atualizado;
- b) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Federais e Dívida Ativa da União;
- c) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Estaduais;
- d) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Municipais;
- e) Comprovante de regularidade com o FGTS;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- g) Certidão Negativa CGE - CAGEFIMP;
- h) Consulta Optante Simples Nacional, quando aplicável;
- i) Declaração de isenção de tributos estaduais ou municipais, quando aplicável.

4.7.1.3 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.7.1.3.1 A empresa deverá comprovar capacidade econômico-financeira para execução do contrato:

- a) Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b) Declaração assinada por profissional contábil atestando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1;

- c) Caso algum índice seja igual a 1, comprovação de patrimônio líquido ou capital social mínimo de 10% do valor estimado da contratação;
- d) Empresas com menos de dois anos de constituição poderão apresentar documentação referente ao último exercício ou balanço de abertura, conforme o caso;
- e) O MEI deverá apresentar balanço patrimonial simplificado para fins de habilitação.

4.7.1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.7.1.4.1 A empresa deverá comprovar capacidade técnica compatível com o fornecimento de instrumentos musicais, incluindo:

- a) Experiência comprovada em fornecimento de instrumentos musicais ou bens similares para projetos educacionais ou culturais;
- b) Apresentação de **no mínimo um atestado de capacidade técnica**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando fornecimento de produtos similares em quantidade e complexidade compatível;
- c) Comprovação de que a empresa possui estrutura técnica e operacional adequada para entrega, assistência técnica e manutenção dos instrumentos;
- d) Atestados de experiência devem estar em nome da licitante, em papel timbrado e assinados por representante autorizado;
- e) A Administração poderá solicitar documentos adicionais para comprovar a veracidade e legitimidade dos atestados.

4.7.5 .1 DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS

4.7.5.1.1 O licitante deverá declarar, sob pena de inabilitação:

- a) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz;
- b) Que não utiliza trabalho forçado ou degradante em sua cadeia produtiva;
- c) Que cumpre legislação sobre reserva de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social;
- d) Que não possui impedimentos legais à habilitação e não está declarado inidôneo ou impedido de contratar com a Administração Pública;
- e) Que não possui servidor público em seu quadro societário;
- f) Que cumpre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709/2018;
- g) Que tem pleno conhecimento das condições do edital e de que sua proposta contempla todos os custos trabalhistas, previdenciários e fiscais;
- h) Que atende aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, nos termos do art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

5.1 A presente estimativa das quantidades refere-se à aquisição de instrumentos musicais e acessórios necessários para a fanfarra municipal, visando atender às demandas previstas no **Termo de Convênio nº 108/2024/PGE-SEJUCEL** e garantir o pleno funcionamento das atividades culturais, pedagógicas e cívicas.

5.2 A tabela a seguir apresenta os itens, quantidade, unidade de medida, especificação detalhada e memória de cálculo/justificativa da quantidade:

Item	Produto	Descrição Detalhada	Quant.	Und.	Justificativa
1	Bombo 22x14 com Carrier	Bombo 22x14 em madeira folheada com acabamento branco, aro em madeira, pele leitosa e sistema de afinação marcial, acompanhado de carrier para transporte.	13	UN	Considerando a existência de 13 músicos na linha de frente da percussão pesada, sendo necessária uma unidade por integrante para execução adequada em ensaios e apresentações.
2	Caixa Tenor 14x12 com Carrier	Caixa tenor 14x12 em madeira folheada, aro em chapa preta, pele tipo drum corps, sistema de afinação específico para fanfarra, com carrier para transporte.	11	UN	Dimensionado conforme a seção de caixas tenor da fanfarra, composta por 11 músicos, garantindo padronização sonora e execução simultânea.
3	Caixa/Repique 10x14	Caixa/repique 10x14 em alumisteel, acabamento natural, aro em chapa preta, pele leitosa, com afinação específica para uso marcial.	3	UN	Utilizado como instrumento complementar de percussão, atendendo à necessidade de reforço rítmico em arranjos específicos.
4	Caixa/Repique 15x14	Caixa/repique 15x14 em alumisteel, acabamento natural, aro em chapa preta, pele leitosa, com afinação adequada para fanfarra.	2	UN	Quantidade definida para músicos responsáveis por variações rítmicas, considerando a insuficiência de instrumentos disponíveis.
5	Caixa de Bateria 14x5.5	Caixa de bateria em madeira, dimensões 14x5.5, equipada com esteira de 24 fios, adequada para execução rítmica em conjunto marcial.	11	UN	Substituição de equipamentos deteriorados e atendimento integral à seção de caixas da fanfarra.
6	Caixa/Repique 06x14	Caixa/repique 06x14 em alumisteel, leve, com aro em chapa preta e pele leitosa, adequada para mobilidade em apresentações externas.	5	UN	Instrumentos destinados a músicos que atuam em deslocamento constante, garantindo leveza e praticidade operacional.
7	Sexto Ton (Conjunto)	Conjunto de sexto ton com tambores em diferentes diâmetros (6, 8, 10, 12, 13, 14), acabamento branco, aro em chapa preta e peles específicas para afinação marcial.	6	UN	Cada músico da seção utiliza um conjunto completo, garantindo padronização sonora e execução técnica adequada.
8	Tantan 70x14	Tantan 70x14 em madeira folheada, acabamento em verniz, ferragens pretas e pele tipo korino, com afinação para uso marcial.	18	UN	Atende integralmente a seção de tantans, incluindo margem para reposição e reserva técnica.
9	Agogô Triplo	Instrumento metálico composto por três campanas, utilizado para marcação rítmica complementar.	4	UN	Quantidade definida para cobertura equilibrada da seção rítmica auxiliar.
10	Ganzá Simples	Ganzá em alumínio com pintura eletrostática, utilizado como instrumento de efeito rítmico complementar.	6	UN	Atende aos músicos responsáveis pela base rítmica complementar, permitindo execução simultânea em ensaios e apresentações.
11	Par de Pratos 13	Par de pratos de 13 polegadas em latão niquelado, adequado para marcação de acentos e efeitos sonoros.	10	UN	Quantidade suficiente para reposição de instrumentos danificados e atendimento das apresentações coletivas.

Item	Produto	Descrição Detalhada	Quant.	Und.	Justificativa
12	Surdo 60x24	Surdo 60x24 em alumisteel, aro em chapa preta, pele leitosa e sistema de afinação marcial.	4	UN	Instrumentos destinados à base rítmica grave, garantindo sustentação sonora nas apresentações.
13	Trompete em Sib com Estojo	Trompete em Si Bemol, acabamento laqueado, acompanhado de estojo rígido, adequado para execução melódica em fanfarra.	13	UN	Atendimento integral à seção de sopro, garantindo instrumento individual para cada músico.
14	Carrier	Estrutura de suporte (carrier) para instrumentos de percussão, proporcionando ergonomia e segurança no transporte.	20	UN	Quantidade superior ao número de instrumentos para garantir reposição, manutenção e adequação ergonômica dos músicos.

5.2 Justificativa Detalhada da Estimativa Fundamentação Técnica e Jurídica

5.2.1 A fanfarra municipal de Ji-Paraná atualmente conta com 32 integrantes, distribuídos em diversas seções de percussão e sopro (trompete, caixa, bumbo, repiques, sextetom, agogô, chocalhos, pratos, tantan e treme terra).

5.2.2 O inventário atual indica:

- Insuficiência de instrumentos: várias seções possuem menos instrumentos do que músicos, impossibilitando a participação integral de todos os integrantes nos ensaios e apresentações.
- Desgaste e obsolescência: instrumentos existentes apresentam sinais de uso intenso, com defeitos mecânicos, má afinação e limitações de transporte seguro, prejudicando a performance da fanfarra.
- Padronização comprometida: ausência de uniformidade sonora, estética e funcional nos instrumentos compromete a execução de repertório coletivo e a qualidade das apresentações cívicas e culturais.

5.2.3 Dessa forma, a aquisição se mostra estritamente necessária para atender à demanda real, garantindo a execução das atividades previstas no Termo de Convênio nº 108/2024/PGE-SEJUCEL e assegurando a continuidade do programa cultural.

5.3 Público-Alvo e Finalidade de Uso:

- Beneficiários Diretos: 32 músicos da fanfarra, incluindo alunos da rede municipal de ensino e jovens da comunidade atendidos pelas oficinas da SEMES.
- Uso Previsto: ensaios pedagógicos, apresentações cívicas, desfiles, festivais e competições culturais, conforme objetivos do convênio.
- Benefício Cultural e Educacional: a aquisição permitirá desenvolvimento musical, integração social, inclusão cultural e fomento à cidadania por meio da música.

5.4 Inventário Existente e Diagnóstico:

- Bumbos e caixas: alguns instrumentos com madeira danificada, couro desgastado e acessórios faltando; insuficientes para cada músico.
- Repique e sextetom: quantidade insuficiente, impossibilitando execução de arranjos completos.
- Trompetes e metais: instrumentos antigos, com afinação comprometida, exigindo reposição para garantir uniformidade sonora.
- Percussão complementar (tantan, agogô, chocalho, prato, treme terra): instrumentos em número limitado, sem reserva técnica para ensaios e apresentações simultâneas.

5.4.1 O inventário atual não atende às exigências operacionais e pedagógicas da fanfarra, justificando a aquisição integral conforme a tabela de quantidades.

5.5 Previsão de Demanda Futura

a) Considera-se possível ampliação da fanfarra para até 35 integrantes no próximo ano letivo.

b) Quantidades de instrumentos contemplam:

I- Músicos atuais;

II- Reserva técnica de 10% a 15% para substituição imediata em caso de defeitos ou manutenção;

III- Expansão da fanfarra sem necessidade de novas aquisições em curto prazo.

5.5.1 A previsão garante continuidade das atividades culturais, evitando interrupções pedagógicas e apresentações incompletas.

5.6 Critérios de Agrupamento e Logística:

a) Agrupamento por tipo de instrumento: aquisição em lotes específicos por seção (bumbos, caixas, trompetes, percussão complementar), garantindo:

I- Padronização sonora e estética;

II- Logística de transporte e armazenamento eficiente;

III- Facilidade de manutenção e reposição.

IV- Distribuição individual: cada músico receberá seu instrumento próprio, assegurando plena participação nos ensaios e apresentações, conforme normas pedagógicas e cívicas.

5.7 Memória de Cálculo Técnica

5.7.1 A quantidade de cada instrumento foi definida considerando:

a) Número de músicos por seção: cada integrante terá um instrumento individual;

b) Instrumentos existentes: substituição de equipamentos danificados ou insuficientes;

c) Reserva técnica: instrumentos adicionais para manutenção preventiva e reposição rápida;

d) Expansão futura: atendimento de até 35 músicos sem necessidade de novas aquisições;

e) Padronização: todos os instrumentos adquiridos seguem especificações técnicas compatíveis com instrumentos já existentes, garantindo uniformidade sonora;

f) Compatibilidade com planejamento financeiro: aquisição totalmente alinhada com os recursos da emenda parlamentar prevista, atendendo a legislação vigente (Lei nº 14.133/2021) e princípios de economicidade, eficiência e transparência.

5.8 A aquisição atende aos objetivos do Plano de Trabalho aprovado no Termo de Convênio nº 108/2024/PGE-SEJUCEL, garantindo cumprimento do objeto pactuado.

5.9 O detalhamento da quantidade e especificação de cada instrumento proporciona transparência, rastreabilidade e segurança jurídica para eventual fiscalização do TCU ou órgãos de controle interno.

5.10 Justifica-se a aquisição integral e imediata, considerando:

a) necessidade pedagógica e cultural;

b) risco de interrupção de atividades;

c) alinhamento ao público-alvo e planejamento institucional;

d) compatibilidade com os recursos disponíveis.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1 O levantamento de mercado foi realizado considerando todas as soluções possíveis para atender à necessidade de instrumentos musicais para a fanfarra municipal de Ji-Paraná, garantindo eficiência, economicidade, padronização sonora e continuidade das atividades previstas no Convênio nº 108/2024/PGE-SEJUCEL.

6.2 Soluções Disponíveis no Mercado

6.2.1 Foram avaliadas as seguintes alternativas:

a) **Aquisição de instrumentos novos:** Instrumentos adquiridos diretamente de fabricantes ou distribuidores especializados, garantindo qualidade, durabilidade, padronização sonora e estética uniforme.

I- Permite **propriedade plena** pela SEMES, facilitando manutenção e uso contínuo sem dependência de terceiros.

II- Possibilidade de compra em **lotes por seção**, otimizando logística e armazenamento.

b) **Locação de instrumentos:** Contratação temporária junto a fornecedores ou escolas de música.

I- Limitações: custos recorrentes, dependência de disponibilidade do fornecedor, riscos de danos e logística mais complexa em ensaios e apresentações itinerantes.

II- Não garante padronização completa nem a propriedade definitiva dos instrumentos.

c) **Manutenção ou reforma do inventário existente:** Reparação de instrumentos danificados ou obsoletos.

I- Limitações: custo elevado de manutenção para instrumentos antigos; nem todos podem ser recuperados; não há garantia de padronização sonora; reduzida durabilidade futura.

II- Insuficiente para atender o aumento previsto no número de músicos ou expansão da fanfarra.

d) **Parcerias ou empréstimos de terceiros:** Possibilidade de obter instrumentos via escolas, empresas ou órgãos públicos.

I- Limitações: dependência de terceiros; instrumentos podem não atender aos padrões exigidos; logística complexa; dificuldade em garantir disponibilidade contínua para ensaios e apresentações.

e) **Doação de instrumentos usados:** Obtenção de instrumentos de terceiros em regime de doação.

I- Limitações: qualidade e quantidade incertas; instrumentos podem estar danificados; não há garantia de uniformidade sonora ou durabilidade.

Alternativa	Vantagens	Limitações	Conclusão
Aquisição de novos instrumentos	Propriedade plena, durabilidade, padronização sonora, garantia do fabricante, manutenção programada	Investimento inicial mais alto	Mais vantajosa: atende integralmente às necessidades atuais e futuras, permite planejamento e controle financeiro e técnico
Locação	Menor investimento inicial	Custos recorrentes, logística complexa, dependência de terceiros, risco de indisponibilidade	Desvantajosa frente à aquisição, não garante padronização e continuidade
Manutenção do inventário	Custos pontuais menores	Muitos instrumentos não podem ser recuperados, padronização comprometida, limitada capacidade de expansão	Parcialmente viável, mas insuficiente para atender à demanda real e futura
Parcerias / empréstimos	Redução de custos, aproveitamento de recursos existentes	Dependência de terceiros, disponibilidade limitada, logística complexa	Menos segura juridicamente, não atende integralmente à necessidade
Doações	Custos muito baixos	Qualidade e quantidade incertas, instrumentos usados,	Ineficaz para atender às exigências do convênio e

Alternativa	Vantagens	Limitações	Conclusão
		padronização comprometida	planejamento pedagógico

6.3 Após análise detalhada das alternativas disponíveis no mercado incluindo locação de instrumentos, manutenção do inventário existente, empréstimos ou doações de terceiros conclui-se que a aquisição de instrumentos novos é a solução mais adequada, com fundamentação técnica, econômica e administrativa:

a) Segurança Jurídica e Controle Administrativo:

I- A aquisição garante que a SEMES seja proprietária plena dos instrumentos, assegurando rastreabilidade e registro patrimonial.

II- Permite a regularidade fiscal e contábil, facilitando auditorias internas e externas, atendendo aos princípios da Lei nº 14.133/2021, especialmente os da transparência, publicidade e legalidade.

III- Reduz riscos de questionamento pelo Tribunal de Contas da União (TCU) ou órgãos de controle interno, ao documentar critérios objetivos de necessidade, quantidade e especificação.

b) Padronização Sonora e Qualidade Técnica:

I- Instrumentos novos asseguram uniformidade sonora, estética e funcional, indispensável para a execução do repertório coletivo e para apresentações cívicas e culturais.

II- Evita disparidades técnicas entre instrumentos, comuns quando se utilizam equipamentos antigos, alugados ou doados.

III- Garante que cada músico da fanfarra possua instrumento próprio e de mesma qualidade, fundamental para ensaios pedagógicos e apresentações em competições ou eventos públicos.

c) Durabilidade, Garantia e Manutenção:

I- Instrumentos novos apresentam vida útil superior, reduzindo custos futuros com reparos.

II- Cobertura mínima de 12 meses de garantia pelo fabricante, abrangendo defeitos de fabricação, manutenção corretiva e reposição de peças, garantindo continuidade das atividades sem interrupções.

III- Reserva técnica contemplada na aquisição permite substituição imediata de equipamentos em caso de defeitos, evitando prejuízos ao planejamento pedagógico.

d) Logística e Eficiência Operacional:

I- A aquisição em lote único permite entrega programada, armazenamento organizado e distribuição rápida aos músicos, reduzindo riscos de danos durante transporte e garantindo disponibilidade imediata para ensaios e eventos.

II- Minimiza custos e complexidade logística comparada a soluções de locação ou empréstimos múltiplos, que exigiriam coordenação contínua com fornecedores externos.

e) Atendimento à Demanda Atual e Expansão Futura:

I- Quantidade e especificações adquiridas atendem integralmente os 32 músicos atuais, com previsão de expansão para até 35 integrantes, conforme planejamento da fanfarra.

II- Inclui reserva técnica para reposição emergencial e manutenção preventiva, assegurando continuidade das atividades por todo o período de vigência do contrato.

f) Compatibilidade Orçamentária e Economicidade:

I- Aquisição totalmente compatível com a dotação orçamentária proveniente da emenda parlamentar específica para a fanfarra, evitando necessidade de suplementação de recursos.

II- Solução mais econômica a médio e longo prazo, pois evita custos recorrentes de locação, manutenção extensa de instrumentos antigos ou aquisição fracionada de equipamentos.

6.3.1 A aquisição de instrumentos novos é a solução mais vantajosa técnica, financeira e operacionalmente, garantindo segurança jurídica, padronização, durabilidade, eficiência logística e atendimento pleno à

demanda da fanfarra.

6.4 Foram realizadas consultas de mercado, com solicitação de cotações a quatro empresas especializadas no fornecimento de instrumentos musicais para fanfarras, conforme documentos e IDs anexos aos autos.

6.4.1 Das quatro empresas consultadas:

I- Duas não encaminharam resposta às solicitações de cotação, apesar das tentativas realizadas, conforme se verifica no [Documentos Cotação 01 de 26/03/2026 \(ID 2552454\)](#) e no [Documentos Cotação 03 de 29/01/2026 \(ID 2389343\)](#);

II - Duas empresas apresentaram propostas comerciais, sendo que:

a) uma empresa apresentou cotação no valor global de **R\$ 139.715,00 (ID 2552454)**;

b) outra empresa apresentou cotação no valor global de **R\$ 174.933,00 (ID 2546321)**.

6.4.2 As cotações recebidas foram analisadas considerando a compatibilidade técnica dos itens ofertados, a abrangência do objeto, a garantia mínima exigida e a conformidade com as especificações constantes no Plano de Trabalho.

6.4.3 A metodologia adotada permitiu identificar parâmetros de mercado confiáveis, ainda que nem todas as cotações tenham contemplado integralmente o objeto, garantindo base técnica suficiente para a definição do valor estimado da contratação.

6.5 Memória de Cálculo e Estimativa de Preço:

a) O preço médio ponderado obtido nas cotações forma a base para estimativa de contratação.

b) Cada instrumento foi comparado quanto a especificação técnica, garantia e histórico de fornecimento, garantindo transparência e fundamentação objetiva do valor.

c) A metodologia respeita os princípios de economicidade, eficiência, razoabilidade e transparência, previstos na Lei nº 14.133/2021, assegurando segurança jurídica para a contratação.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1 O presente item tem por finalidade apresentar a estimativa do valor da contratação dos instrumentos musicais e acessórios destinados à fanfarra municipal, contemplando os preços unitários referenciais, a memória de cálculo adotada, as fontes de pesquisa de mercado e a metodologia utilizada, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

7.2 A estimativa considera a necessidade integral de atendimento da fanfarra municipal, garantindo padronização sonora, qualidade técnica, durabilidade dos instrumentos e adequada aplicação dos recursos públicos oriundos do convênio.

7.3 Valor Total Estimado da Contratação:

7.3.1 O valor total estimado da presente contratação foi fixado em **R\$ 156.324,50 (cento e cinquenta e seis mil, trezentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos)**.

7.3.1.1 O referido valor foi obtido a partir de pesquisa de mercado atualizada, realizada mediante solicitação formal de cotações a **quatro fornecedores especializados**, conforme documentação acostada aos autos.

7.3.1.2 Do total de fornecedores consultados:

a) duas empresas não apresentaram retorno no prazo estabelecido;

b) duas empresas apresentaram cotações válidas, completas e aptas à análise técnica e comparativa.

7.3.1.3 As propostas válidas apresentaram os seguintes valores globais:

a) Empresa 01: R\$ 139.715,00

b) Empresa 02: R\$ 174.933,00

7.3.1.4 Considerando a existência de duas cotações completas e válidas, adotou-se como metodologia o **cálculo da média aritmética dos preços unitários por item**, prática recomendada para mitigar distorções, evitar sobrepreço ou subavaliação e assegurar maior aderência ao valor de mercado.

7.3.1.5 A adoção da média como critério de estimativa mostra-se mais adequada do que a utilização isolada de uma única cotação, pois:

- a) amplia a confiabilidade da estimativa;
- b) reduz riscos de direcionamento ou discrepâncias de mercado;
- b) atende aos princípios da economicidade, razoabilidade e transparência;
- c) está alinhada às boas práticas de pesquisa de preços na Administração Pública.

7.3.2 O valor estimado foi apurado conforme a seguinte metodologia:

I levantamento dos preços unitários apresentados pelas empresas participantes;

II cálculo da média aritmética simples entre os valores unitários cotados;

III multiplicação do valor médio unitário pela quantidade prevista de cada item;

IV soma dos valores totais médios de todos os itens.

7.4 Planilha de Composição do Valor Estimado:

Item	Descrição	Und	Qtd	Empresa 1 (R\$ Unit.)	Empresa 1 (R\$ Total)	Empresa 2 (R\$ Unit.)	Empresa 2 (R\$ Total)	Valor Médio (R\$ Unit.)	Valor Médio (R\$ Total)
1	Bombo 22x14 c/ carrier	UN	13	2.037,00	26.481,00	1.980,00	25.740,00	2.008,50	26.110,50
2	Caixa tenor 14x12 c/ carrier	UN	11	1.659,00	18.249,00	2.100,00	23.100,00	1.879,50	20.674,50
3	Caixa/repique 10x14	UN	3	395,00	1.185,00	506,00	1.518,00	450,50	1.351,50
4	Caixa/repique 15x14	UN	2	549,00	1.098,00	790,00	1.580,00	669,50	1.339,00
5	Caixa bateria madeira 14x5.5	UN	11	690,00	7.590,00	875,00	9.625,00	782,50	8.607,50
6	Caixa/repique 06x14	UN	5	478,80	2.394,00	520,00	2.600,00	499,40	2.497,00
7	Sexto ton (conjunto)	UN	6	4.970,00	29.820,00	4.690,00	28.140,00	4.830,00	28.980,00
8	Tantan 70x14	UN	18	490,00	8.820,00	1.290,00	23.220,00	890,00	16.020,00
9	Agogô triplo	UN	4	390,00	1.560,00	290,00	1.160,00	340,00	1.360,00
10	Ganzá simples	UN	6	99,00	594,00	310,00	1.860,00	204,50	1.227,00
11	Par de pratos 13	UN	10	279,00	2.790,00	990,00	9.900,00	634,50	6.345,00
12	Surdo 60x24	UN	4	1.091,00	4.364,00	980,00	3.920,00	1.035,50	4.142,00
13	Trompete Sib c/ estojo	UN	13	1.690,00	21.970,00	1.690,00	21.970,00	1.690,00	21.970,00
14	Carrier	UN	20	590,00	11.800,00	980,00	19.600,00	785,00	15.700,00

7.5 A metodologia utilizada para estimativa de valor considerou os seguintes elementos:

a) Pesquisa de mercado detalhada:

I- Solicitação de cotações formais a quatro fornecedores especializados em instrumentos para fanfarras, incluindo fabricantes nacionais e distribuidores autorizados, conforme IDs já citados.

b) Cálculo do preço unitário referencial:

I- Para cada instrumento, foram comparados quatro preços de mercado;

II- O valor da segunda cotação foi adotado como referência para a estimativa da contratação, por ser a única pesquisa de mercado válida que abrangeu todos os instrumentos previstos;

III- Itens com variação significativa de preço foram analisados individualmente, garantindo que a estimativa reflita o valor real de mercado.

c) Cálculo do valor total da contratação:

I- Multiplicação do preço unitário referencial pela quantidade necessária de cada instrumento;

II- Soma dos valores de todos os itens, considerando instrumentos novos, garantia mínima de 12 meses, pronta entrega, assistência técnica e acessórios inclusos;

III- Inclusão de reserva técnica para reposição emergencial de instrumentos danificados ou desgastados durante o período de vigência do contrato.

7.6 A aquisição de instrumentos novos assegura propriedade patrimonial da SEMES, redução de custos com manutenção corretiva, padronização sonora, disponibilidade imediata para ensaios e apresentações, e alinhamento aos objetivos pedagógicos e culturais do Convênio.

7.7 A estimativa do valor da contratação usou como base as cotações fornecidas por fornecedores locais.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1 A presente contratação tem como objeto a aquisição de um conjunto completo de instrumentos musicais e seus acessórios, destinados à fanfarra municipal, composta por alunos e jovens da rede municipal de ensino de Ji-Paraná, conforme estabelecido pelo Termo de Convênio nº 108/2024/PGE-SEJUCEL, no qual a Fundação Cultural atua como interveniente no Plano de Trabalho aprovado.

8.2 Os instrumentos a serem adquiridos incluem:

a) Bumbos marciais 22x14, confeccionados em madeira de alta densidade, com revestimento externo, aros reforçados, peles de resposta adequada e acompanhados de carrier ergonômico para transporte e execução em desfiles;

b) Caixas tenor 14x12, em madeira revestida, com aros metálicos, sistema de afinação regulável, pele tipo drum corps e utilização de carrier para sustentação durante apresentações;

c) Caixas/repique 10x14 e 15x14, em alumisteel ou material equivalente, com estrutura leve e resistente, aros metálicos, pele leitosa e sistema de afinação compatível com execução em fanfarra;

d) Caixas/repique 06x14, em alumínio ou material equivalente, com acabamento resistente, leveza para mobilidade e adequada resposta sonora para execução rítmica complementar;

e) Caixas de bateria 14x5,5, confeccionadas em madeira, com esteira de 24 fios, ferragens reforçadas e sonoridade uniforme, adequadas à marcação rítmica da fanfarra;

f) Conjuntos de sexto ton (sextetom), compostos por tambores em diferentes diâmetros (6, 8, 10, 12, 13 e 14), confeccionados em material resistente, com aros metálicos e peles adequadas, permitindo execução de arranjos rítmicos complexos;

g) Tantans 70x14, confeccionados em madeira com acabamento em verniz ou material equivalente, ferragens reforçadas e pele tipo korino, garantindo resistência e qualidade sonora em ambientes internos e externos;

- h) Agogôs triplos e ganzás simples em alumínio ou material metálico equivalente, com acabamento resistente, utilizados como instrumentos de percussão complementar;
- i) Pares de pratos para fanfarra de 13 polegadas, em latão ou liga metálica equivalente, com acabamento adequado e timbre homogêneo;
- j) Surdos 60x24, confeccionados em alumínio ou material equivalente, com aros reforçados, peles resistentes e sistema de afinação adequado para uso em fanfarra;
- k) Trompetes em Si Bemol, com acabamento laqueado, válvulas de acionamento preciso, afinação padronizada e acompanhados de estojo de transporte;
- l) Carriers e acessórios de sustentação, compatíveis com os instrumentos de percussão, garantindo ergonomia, segurança e mobilidade durante ensaios e apresentações.

8.2.1 Todos os itens deverão ser novos, sem uso anterior, com garantia mínima de 12 meses, assistência técnica especializada, e entrega em embalagens apropriadas para transporte seguro.

8.3 A aquisição dos instrumentos visa atender integralmente às necessidades da fanfarra municipal, com foco em:

- a) Estruturação e reestruturação da fanfarra municipal, permitindo a formação completa de suas seções (percussão, sopros e instrumentos complementares);
- b) Execução de atividades pedagógicas, integrando o aprendizado musical ao desenvolvimento educacional dos estudantes;
- c) Participação em eventos cívicos e culturais, incluindo desfiles, apresentações em datas comemorativas e festivais, fortalecendo a presença cultural da cidade;
- d) Fomento à prática artística, à disciplina e à integração social, garantindo que todos os integrantes tenham instrumentos adequados e padronizados;
- e) Manutenção do patrimônio musical, substituindo instrumentos danificados ou obsoletos, assegurando continuidade das atividades e preservação do padrão sonoro da fanfarra.

8.4 Cada instrumento deve atender a critérios mínimos de qualidade, resistência, durabilidade e padronização sonora:

- a) Materiais: madeira de alta densidade, ligas metálicas resistentes, acabamento lacado ou revestido conforme padrão do fabricante;
- b) Dimensões e pesos: compatíveis com a ergonomia dos músicos e uso em atividades externas e internas;
- c) Acessórios inclusos: carriers, estojo de transporte, baquetas, esteiras e demais itens necessários para o uso imediato;
- d) Acabamento: superfície uniforme, resistente a intempéries e manuseio frequente;
- e) Garantia e manutenção: cobertura mínima de 12 meses, com possibilidade de reparo ou substituição sem ônus;
- f) Padronização sonora: instrumentos devem possibilitar uniforme sonoridade em ensaios, apresentações e eventos.

8.4 Após levantamento de alternativas, a aquisição direta de instrumentos novos foi identificada como a solução mais vantajosa:

- a) Segurança jurídica: aquisição formal assegura propriedade pública dos instrumentos, registro patrimonial, documentação fiscal regular e transparência para fiscalização e auditoria;
- b) Padronização e qualidade sonora: todos os músicos terão instrumentos de mesma qualidade, garantindo coesão sonora e uniforme desempenho musical;

- c) Durabilidade e garantia: instrumentos novos reduzem a necessidade de manutenção frequente e possuem cobertura mínima de 12 meses;
- d) Eficiência logística: entrega em lote único, armazenamento adequado e pronta disponibilização para ensaios e eventos;
- e) Atendimento à demanda atual e futura: suprimento completo para todos os músicos, com reserva técnica para reposição imediata de instrumentos;
- f) Razoabilidade econômica: aquisição compatível com a dotação da emenda parlamentar, atendendo aos princípios de economicidade, eficiência e legalidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

8.4.1 Alternativas como locação ou manutenção de instrumentos existentes apresentaram desvantagens significativas:

- a) Locação: custos recorrentes, ausência de patrimônio próprio, impossibilidade de padronização sonora e dependência de terceiros;
- b) Manutenção de instrumentos antigos: elevada probabilidade de falhas, desgaste dos instrumentos e custos adicionais contínuos, sem garantia de padronização sonora.

8.5 Logística e Forma de Fornecimento:

- a) Local de entrega: instrumentos serão entregues na SEMES;
- b) Prazos: cronograma a ser definido no Termo de Referência, considerando todas as etapas de conferência, armazenamento e distribuição;
- c) Responsabilidade do fornecedor: transporte seguro, embalagens originais, seguro contra danos e extravios, entrega completa e conferência formal;
- d) Recebimento e conferência: a SEMES será responsável por atestar a conformidade e integridade de cada instrumento;
- e) Pagamento: condicionado à entrega integral e aceitação formal, conforme legislação vigente e Termo de Referência.

8.6 Gestão do Ciclo de Vida do Objeto:

- a) Inventário patrimonial: instrumentos cadastrados, permitindo rastreabilidade, manutenção e futuras reposições;
- b) Garantia e assistência técnica: cobertura mínima de 12 meses, com suporte para ajustes, reparos ou substituições;
- c) Manutenção preventiva: inspeção periódica dos instrumentos e substituição de peças desgastadas;
- d) Reuso e logística reversa: descarte adequado de embalagens, orientação sobre eliminação de materiais e preservação ambiental;
- e) Vida útil estimada: instrumentos com durabilidade média de 5 a 10 anos, considerando uso contínuo e manutenção adequada.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1 O parcelamento da presente contratação está amparado pela Lei nº 14.133/2021, que permite a divisão do objeto em parcelas, desde que justificada tecnicamente e economicamente, garantindo o atendimento integral das necessidades da Administração, a economicidade e a competitividade.

9.1.1 A modalidade escolhida para execução da contratação será Pregão Eletrônico, em conformidade com o art. 6º, inciso XLI, da mesma Lei, visando aquisição de bens comuns, com padronização de critérios de julgamento e ampla participação de fornecedores.

9.2 Vantagens Logísticas e Operacionais:

- a) **Gestão de Fornecedores:** O parcelamento permite que diferentes fornecedores, especializados em determinados tipos de instrumentos (ex.: percussão, sopros, metais), participem do certame, facilitando a gestão contratual por especialidade e garantindo que cada grupo de itens seja fornecido por empresas com expertise comprovada.
- b) **Entrega e Armazenamento:** Considerando a capacidade física e operacional da SEMES, a entrega parcelada possibilita o recebimento e armazenamento gradual dos instrumentos, evitando sobrecarga logística e garantindo que cada entrega seja conferida, inventariada e incorporada ao patrimônio municipal de forma organizada e segura.
- c) **Padronização do Recebimento:** O parcelamento possibilita que cada grupo de instrumentos seja recebido, conferido e testado individualmente, garantindo a integridade, funcionamento e padronização sonora, sem risco de falhas devido a entrega em lote único de grande volume.

9.3 Vantagens Econômicas e Competitividade:

- a) **Ampliação da Concorrência:** O parcelamento permite a participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou fornecedores especializados em determinados instrumentos, aumentando a competitividade e possibilitando propostas mais vantajosas, tanto em termos de preço quanto de qualidade técnica.
- b) **Especificidade do Mercado:** O mercado de instrumentos musicais para fanfarras é segmentado, sendo que poucos fornecedores têm capacidade de fornecer todos os itens em lote único. O parcelamento maximiza a chance de participação de empresas especializadas, evitando restrição de competitividade e garantindo o atendimento integral das especificações técnicas.

c) Economia de Escala Parcial:

Embora a aquisição seja parcelada, cada lote será dimensionado para manter volume suficiente para obtenção de preços competitivos, sem comprometer a qualidade ou padronização dos instrumentos.

9.4 Aspectos Técnicos e de Padronização:

- a) **Interdependência dos Itens:** Cada lote será organizado por família de instrumentos (ex.: percussão, metais, acessórios), permitindo que a padronização sonora e técnica seja preservada dentro de cada grupo, garantindo compatibilidade entre os instrumentos de mesma seção e atendimento aos padrões exigidos pela fanfarra.
- b) **Manutenção e Reposição:** O parcelamento facilita a gestão da manutenção futura, permitindo que cada tipo de instrumento seja acompanhado separadamente quanto à durabilidade, assistência técnica e reposição de peças, reduzindo riscos operacionais e custos de manutenção.

9.5 Vínculo com a Emenda Parlamentar: O recurso específico da emenda parlamentar destinado à aquisição dos instrumentos foi alocado para atender integralmente o conjunto da fanfarra. O parcelamento da contratação garante:

- a) Entrega completa de todos os itens previstos no convênio, respeitando os cronogramas de execução;
- b) Compatibilidade com a dotação orçamentária prevista, possibilitando liberação gradual de recursos conforme recebimento de cada lote;
- c) Atendimento pleno ao objeto do convênio, garantindo que todos os instrumentos sejam disponibilizados aos músicos de forma organizada e dentro do período letivo e cultural previsto.

9.6 A decisão pelo parcelamento da contratação é técnica, econômica e operacionalmente justificada, atendendo ao interesse público e aos princípios da economicidade, eficiência, legalidade e competitividade, conforme exigido pela Lei nº 14.133/2021.

9.6.1 O parcelamento permite:

- a) Participação de fornecedores especializados e aumento da competitividade;
- b) Recebimento, conferência e armazenamento gradual e seguro dos instrumentos;
- c) Manutenção da padronização sonora e técnica dentro de cada família de instrumentos;
- d) Compatibilidade com o cronograma do convênio e dotação orçamentária da emenda parlamentar;
- e) Redução de riscos logísticos e operacionais, garantindo entrega e utilização efetiva dos instrumentos adquiridos.

9.6.2 Dessa forma, o **parcelamento é a solução mais vantajosa para a Administração**, assegurando atendimento integral à fanfarra, preservação do padrão técnico, segurança jurídica e otimização dos recursos públicos.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1 O presente demonstrativo descreve, de forma minuciosa, os resultados sociais, culturais, operacionais e econômicos que a Administração Pública Municipal pretende alcançar por meio da aquisição dos instrumentos musicais destinados à estruturação da fanfarra da Secretaria Municipal de Esportes (SEMES), execução vinculada ao Termo de Convênio nº 108/2024/PGE-SEJUCEL, no qual a Fundação Cultural de Ji-Paraná atua como interveniente.

10.2 Os resultados aqui apresentados refletem diretamente a necessidade identificada no estudo preliminar, constituindo a resposta adequada ao diagnóstico realizado e atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

10.3 Benefícios Sociais, Culturais e Educacionais Esperados:

a) Fomento à Cultura e à Educação Musical: A aquisição dos instrumentos permitirá a plena implementação, reestruturação e ampliação das atividades musicais e formativas da fanfarra municipal. O acesso a instrumentos novos, padronizados e de qualidade técnica permitirá:

I- A formação musical de crianças, adolescentes e idosos atendidos pela SEMES em atividades esportivas e culturais complementares;

II- Expansão do repertório cultural do município, por meio de apresentações públicas, desfiles cívicos, festivais culturais e encontros intermunicipais de bandas e fanfarras;

III- Consolidação da fanfarra como ferramenta educacional interdisciplinar, estimulando habilidades cognitivas (percepção musical, coordenação motora, memorização), socioemocionais (disciplina, cooperação, responsabilidade) e comportamentais (compromisso, integração comunitária).

b) Inclusão Social e Fortalecimento de Vínculos: O projeto da fanfarra se apresenta como ação estratégica de prevenção social, formação cidadã e integração, promovendo:

I- Ocupação saudável do tempo de crianças e adolescentes, contribuindo para redução de vulnerabilidades sociais;

II- Criação de vínculos positivos entre jovens, suas famílias e a sociedade;

II- Estímulo à participação em atividades coletivas, promovendo espírito de grupo, cooperação e sentimento de pertencimento;

III- Oportunidades para descoberta de talentos artísticos e desenvolvimento de novas perspectivas de vida, especialmente em áreas de risco social.

c) Melhoria da Qualidade de Vida dos Participantes: A prática musical em grupo produz benefícios diretos:

I- Redução de estresse e ansiedade;

II- Melhora na autoestima, nas relações interpessoais e no desempenho escolar;

III- Aumento da autodisciplina e da capacidade de trabalho em equipe;

IV- Desenvolvimento físico e motor em atividades rítmicas e coordenativas.

10.4 Metas e Indicadores Mensuráveis: Para avaliar a efetividade da contratação e garantir o cumprimento dos objetivos do convênio e do ETP, são definidos os seguintes indicadores:

a) Número de Beneficiários:

I- Atender diretamente entre 120 e 180 participantes, incluindo alunos, jovens atletas, adolescentes em atividades de contraturno e idosos ativos em grupos culturais da SEMES.

II- Atender indiretamente familiares, público das apresentações e comunidade local, estimados em mais de 3.000 pessoas/ano.

b) Frequência e Intensidade das Atividades:

I- Realização de 2 ensaios semanais após a entrega dos instrumentos;

II- Participação mínima em 4 eventos municipais, incluindo desfiles cívicos, apresentações esportivas e ações culturais;

III- Promoção de ao menos 2 apresentações intermunicipais por ano, fortalecendo o intercâmbio cultural, caso seja possível.

c) Indicadores de Desempenho Artístico:

I- Melhoria do desempenho técnico da fanfarra, mensurado por:

II- Ampliação de repertório musical;

III- Uniformidade sonora e rítmica após padronização dos instrumentos;

IV- Participação em eventos competitivos com desempenho progressivamente superior.

d) Indicadores de Satisfação: Pesquisa anual de satisfação junto aos participantes, com meta mínima de 85% de aprovação quanto à qualidade dos instrumentos e das atividades ofertadas.

10.5 Ganhos de Eficiência e Economicidade para a Administração:

a) Otimização de Recursos Públicos: Comparada às alternativas analisadas, a aquisição de instrumentos novos:

I- Elimina custos recorrentes de locação, que se mostrariam significativamente superiores ao longo de 12 a 24 meses;

II- Evita gastos elevados com manutenção de instrumentos obsoletos, para os quais não há reposição compatível no mercado;

III- Garante vida útil média de 5 a 10 anos, reduzindo a necessidade de novas compras no curto e médio prazo.

b) Competitividade e Economia nas Compras Públicas:

I- O parcelamento por lotes, aliado ao uso do pregão eletrônico, tende a ampliar a competitividade, permitindo participação de fornecedores especializados e ME/EPP;

II- A aquisição em quantidades planejadas permite ganhos de escala, resultando em preços médios mais vantajosos;

III- A padronização dos requisitos técnicos assegura qualidade mínima necessária, reduzindo riscos de retrabalho, devoluções ou perda de garantia.

c) Cumprimento de Obrigações Legais e Orçamentárias:

I- A execução do recurso da Emenda Parlamentar e do Convênio nº 108/2024 é condicionada à aquisição integral dos instrumentos previstos, razão pela qual o cumprimento do plano de trabalho depende diretamente da contratação ora estudada;

II- A aquisição atende aos princípios da transparência, legalidade e eficiência, garantindo rastreabilidade do gasto público e aderência às normas da Lei nº 14.133/2021.

10.6 Os resultados esperados estão diretamente vinculados ao problema diagnosticado no ETP: a inexistência ou insuficiência de instrumentos musicais adequados para a execução das atividades da fanfarra, bem como a impossibilidade de reaproveitamento ou manutenção de equipamentos antigos.

10.6.1 Assim, a aquisição solucionará de forma definitiva:

- a) a falta de instrumentos padronizados e compatíveis entre si;
- b) a descontinuidade das atividades de fanfarra devido à baixa qualidade ou ausência de equipamentos;
- c) o impedimento de participação em eventos oficiais e comunitários;
- d) a carência de alternativas eficientes e economicamente viáveis para aluguel ou manutenção dos instrumentos antigos.

10.7 Dessa forma, os resultados previstos representam o atendimento integral da necessidade pública, permitindo que a fanfarra desempenhe papel cultural, educacional e social estratégico no Município de Ji-Paraná.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS

11.1 A fim de assegurar a plena conformidade legal, a adequada execução do objeto e a eficiência da gestão contratual, a Administração deverá adotar um conjunto de providências prévias à celebração do contrato decorrente da aquisição dos instrumentos musicais destinados à estruturação da fanfarra da Secretaria Municipal de Esportes (SEMES), no âmbito da execução do Convênio nº 108/2024/PGE-SEJUCEL.

11.2 As ações descritas a seguir atendem aos princípios do planejamento, eficiência, transparência e gestão de riscos previstos pela Lei nº 14.133/2021.

11.3 Designação e Capacitação dos Servidores Responsáveis pela Gestão e Fiscalização Contratual

11.3.1 Antes da celebração do contrato, deverá ser emitido ato oficial de designação, na forma de portaria ou instrumento equivalente, para nomear:

- a) Gestor do Contrato, responsável pela supervisão geral da execução;
- b) Fiscal do Contrato, encarregado da verificação documental, prazos e registros (titular e substituto);

11.3.2 A designação observará o art. 117 da Lei nº 14.133/2021, garantindo que os agentes designados tenham perfil adequado, disponibilidade e competência para exercer a função.

11.3.2 Para garantir a efetividade da fiscalização e a integridade do gasto público, os servidores designados deverão estar capacitados em:

- a) Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos:

I- Conteúdos relacionados à Lei nº 14.133/2021;

II- Procedimentos de acompanhamento da execução contratual;

III- Protocolos de recebimento provisório e definitivo;

IV- Boas práticas de registro e relatório de fiscalização.

- b) Conhecimentos Técnicos sobre Instrumentos Musicais:

I- Características técnicas essenciais dos itens adquiridos;

II- Identificação de conformidades e eventuais avarias na entrega;

III- Noções básicas de conservação, armazenamento e manutenção preventiva.

- c) Procedimentos de Gestão Patrimonial:

I- Tombamento, etiquetagem e registro patrimonial;

II- Análise de conformidade dos documentos fiscais.

d) A capacitação poderá ocorrer mediante:

I- Cursos internos promovidos pela Fundação Cultural ou SEMES;

II- Cursos externos ofertados por escolas de governo;

III- Cursos online gratuitos ou pagos, desde que atestem pertinência com as funções desempenhadas;

IV- Ou, caso já capacitados, por comprovação de formação anterior válida.

11.3.3 O registro da capacitação será anexado ao processo administrativo, conforme recomenda o controle interno.

11.4 Ações Logísticas e Estruturais Necessárias ao Recebimento e Uso dos Instrumentos:

a) A Administração deverá garantir que o local destinado ao recebimento e guarda temporária dos instrumentos musicais esteja devidamente organizado e adequado, incluindo:

I- Espaço seco e arejado, protegido contra umidade e variações excessivas de temperatura;

II- Estrutura física adequada à quantidade e ao porte dos instrumentos;

IV- Condições de segurança para evitar extravios, danos ou acesso indevido.

b) Assim que recebidos:

I- Os instrumentos serão conferidos pelo Fiscal Técnico, conforme especificações do Termo de Referência e nota fiscal;

II- Será realizado o tombamento de todos os itens, com emissão de etiqueta patrimonial e registro nos sistemas internos;

III- Será elaborado termo circunstanciado de recebimento, contendo descrição, numeração patrimonial e estado de entrega.

c) Considerando o valor agregado e o uso externo dos instrumentos durante apresentações e eventos:

I- A Administração avaliará a conveniência e a oportunidade da contratação de seguro para cobertura contra danos, extravios ou furtos;

II- Caso a contratação seja recomendada, será instaurado processo específico, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

d) A SEMES deverá elaborar:

I- Plano de distribuição e uso dos instrumentos nas atividades da fanfarra;

II- Cronograma de manutenção preventiva, incluindo revisões periódicas, limpeza técnica, cuidados específicos para instrumentos de sopro, percussão e acessórios;

III- Registro de responsáveis pela guarda e conservação dos equipamentos.

11.4.1 Esses documentos serão essenciais para garantir vida útil adequada aos bens adquiridos.

11.5 Providências Formais e Administrativas:

a) Antes da publicação do edital ou contratação (no caso de dispensa):

I- O ETP deverá estar integralmente concluído, assinado e aprovado;

II- O Termo de Referência deverá refletir fielmente o conteúdo do ETP;

IV- Deverá ser anexada a dotação orçamentária correspondente, vinculada à Emenda Parlamentar e ao Convênio nº 108/2024;

V- O Controle Interno e demais setores competentes deverão emitir manifestação quando exigido pela norma interna.

b) A minuta do contrato ou instrumento equivalente, caso o procedimento seja realizado por pregão com emissão de nota de empenho deverá:

I- Seguir o modelo-padrão aprovado pela Procuradoria Geral do Município;

II- Contemplar cláusulas obrigatórias nos termos da Lei nº 14.133/2021;

III- Estabelecer prazos de entrega, garantias, penalidades, condições de pagamento, obrigações da contratada e da Administração;

IV- Prever cláusulas específicas para bens duráveis e instrumentos musicais (garantia de fábrica, assistência técnica, troca por defeito, etc.).

c) Serão observados todos os requisitos legais de transparência, incluindo:

I- Publicação da fase preparatória e do ETP no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme o art. 174 da Lei nº 14.133/2021;

II- Publicação do edital e seus anexos no Portal da Transparência do Município;

III- Disponibilização dos atos decisórios, justificativas e atos de designação dos fiscais;

IV- Registros das etapas do processo no sistema de gestão municipal e nos autos físicos/digitais.

11.6 A adoção das providências acima, de forma ordenada e documentada, assegura que a Administração estará plenamente preparada para celebrar o contrato, acompanhar sua execução e assegurar a conformidade legal e técnica do objeto contratado.

11.7 Tais medidas fortalecem a governança, reduzem riscos operacionais e garantem que a aquisição dos instrumentos musicais resulte em benefícios concretos para a comunidade, em observância ao princípio constitucional da eficiência.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

12.1 O presente item tem por finalidade evidenciar que a aquisição dos instrumentos musicais destinados à fanfarra municipal é completa e suficiente para atingir os objetivos propostos, sem necessidade imediata de contratações adicionais que possam comprometer a execução do objeto ou gerar despesas imprevistas.

12.2 Após análise do objeto e levantamento do inventário existente, verificou-se que a aquisição principal contempla a totalidade dos instrumentos essenciais para a fanfarra, não havendo lacunas que comprometam a funcionalidade do conjunto.

12.2.1 No entanto, recomenda-se atenção aos seguintes itens que podem demandar contratações correlatas ou complementares, caso necessário:

a) Acessórios e Insumos:

I- Palhetas, bocais extras, baquetas e peles de tambor, que são itens de reposição de uso frequente;

II- Estojos, cases ou suportes individuais para instrumentos, caso não estejam inclusos na entrega;

III- O fornecimento desses acessórios poderá ser contratado futuramente, em caso de desgaste natural ou necessidade de substituição, garantindo a continuidade do uso adequado dos instrumentos.

b) Manutenção e Reparos:

I- Serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva podem ser demandados para preservar a vida útil dos instrumentos, incluindo ajustes, limpeza técnica e substituição de componentes.

II- Tais serviços deverão ser contratados de forma pontual ou periódica, conforme cronograma de manutenção estabelecido pela Administração, respeitando os padrões de qualidade e segurança técnica.

c) Treinamento e Capacitação:

I- Em razão de alguns instrumentos demandarem conhecimentos técnicos específicos para manuseio, ajuste ou manutenção, poderá ser necessária a contratação de cursos ou capacitação para servidores, professores ou membros da fanfarra.

II- Essa capacitação garante o correto uso dos instrumentos, evitando danos e promovendo melhor aproveitamento pedagógico e artístico.

d) Transporte e Armazenamento:

I- Caso a logística interna não seja suficiente para transporte seguro durante apresentações, eventos ou ensaios externos, poderá ser necessária a contratação de transporte especializado.

II- Alternativamente, a aquisição de estojos e cases específicos, quando não inclusos, permitirá o transporte seguro e armazenamento adequado, preservando os instrumentos contra danos e desgaste.

12.2 Levantamento de Contratações Vigentes:

12.2.1 Foi realizada pesquisa no Portal da Transparência do Município de Ji-Paraná quanto à existência de Atas de Registro de Preço (ARPs) vigentes para o mesmo objeto.

12.2.2 A pesquisa abrangeu a SUPECOL, demais Secretarias e Órgãos da Administração Pública Indireta, não sendo localizadas ARPs vigentes ou contratos correlatos que atendam à mesma finalidade.

12.2.3 Tal levantamento evidencia que a presente aquisição é autônoma, necessária e não redundante, não havendo risco de sobreposição de despesas ou fornecimento duplicado de instrumentos musicais.

12.3 A aquisição principal contempla os instrumentos essenciais para o pleno funcionamento da fanfarra, garantindo padronização, qualidade sonora e atendimento à demanda atual e futura.

12.4 Eventuais necessidades de insumos, manutenção, capacitação ou transporte poderão ser objeto de futuras contratações pontuais, garantindo o ciclo completo de uso e conservação do patrimônio adquirido.

12.5 A ausência de ARPs vigentes ou contratos similares reforça a pertinência da contratação, evidenciando que não há alternativas administrativas que permitam o atendimento integral da necessidade sem a presente aquisição.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

13.1 A presente seção tem por objetivo identificar os potenciais impactos ambientais decorrentes da aquisição de instrumentos musicais e acessórios para a fanfarra municipal, bem como descrever medidas mitigadoras a serem adotadas, assegurando conformidade com princípios de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.

13.2 Identificação dos Possíveis Impactos Ambientais:

a) Extração de Matérias-Primas: Os instrumentos musicais podem utilizar recursos naturais, como madeiras específicas para instrumentos de percussão e metais pesados para instrumentos de sopro e percussão. A extração inadequada desses materiais pode gerar degradação ambiental e comprometimento de ecossistemas;

b) Processo de Fabricação: Durante a produção dos instrumentos e acessórios, podem ocorrer impactos decorrentes do uso de produtos químicos, consumo de energia e geração de resíduos industriais. Estes impactos devem ser considerados no planejamento da aquisição;

c) Embalagem e Transporte: O transporte e acondicionamento dos instrumentos geram resíduos de embalagens, como plásticos e papelões, além de emissão de gases de efeito estufa provenientes do transporte das fábricas até o destino final;

d) Uso e Manutenção: A operação dos instrumentos exige recursos como panos de limpeza e óleos lubrificantes. Para instrumentos eletrônicos, há consumo de energia e uso de baterias, cujo descarte inadequado pode causar impactos ambientais;

e) Descarte e Fim de Vida Útil: Ao final de sua vida útil, os instrumentos e acessórios podem gerar resíduos de difícil destinação, incluindo plásticos, metais e componentes eletrônicos. A ausência de logística reversa

adequada pode potencializar impactos ambientais.

13.3 Medidas Mitigadoras e Tratamentos:

- a) Critérios de Sustentabilidade na Escolha do Fornecedor: Deve-se exigir que o fornecedor apresente certificações ambientais ou descreva práticas sustentáveis adotadas na fabricação dos instrumentos. A prioridade será para fornecedores que utilizem materiais reciclados ou provenientes de fontes renováveis e certificadas, como madeiras com selo FSC;
- b) Embalagem: As embalagens devem ser minimamente necessárias, preferencialmente recicláveis ou provenientes de material reciclado. Sempre que possível, será prevista a devolução das embalagens ao fornecedor para reuso ou reciclagem, garantindo logística circular;
- c) Logística Reversa e Descarte: O Termo de Referência deve contemplar a exigência de que o fornecedor garanta opções de logística reversa, assegurando o destino correto de instrumentos e acessórios ao final de sua vida útil. Deve-se verificar se existem pontos de coleta ou parcerias com empresas de reciclagem, quando aplicável;
- d) Eficiência Energética e Durabilidade: Os instrumentos adquiridos devem apresentar alta durabilidade, reduzindo a necessidade de reposição frequente e prolongando a vida útil média. Para equipamentos que consomem energia, deverão ser priorizados modelos com baixo consumo ou alta eficiência energética, minimizando impactos ambientais durante o uso.

13.4 Com a adoção das medidas mitigadoras propostas, incluindo critérios de seleção do fornecedor, embalagens sustentáveis, logística reversa e aquisição de instrumentos duráveis, os impactos ambientais decorrentes da contratação serão controlados, considerados de baixo risco e não comprometerão a execução do objeto.

13.5 Dada a natureza social e cultural da aquisição, voltada ao benefício da comunidade e à formação artística dos jovens, a presente contratação é ambientalmente viável e compatível com as boas práticas de sustentabilidade.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

14.1 Considerando a análise técnica, jurídica, econômica e operacional apresentada nos itens anteriores deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação para aquisição de instrumentos musicais e acessórios destinados à fanfarra municipal é **viável e adequada** aos objetivos da SEMES, observando-se os seguintes aspectos:

14.2 Atendimento às Necessidades Identificadas: A contratação atende integralmente à demanda identificada no inventário da fanfarra, suprimindo a insuficiência de instrumentos e substituindo equipamentos danificados ou obsoletos.

14.2.1 As quantidades previstas permitem que todos os integrantes tenham instrumentos próprios, garantindo a participação plena nos ensaios, apresentações e atividades pedagógicas.

14.3 Fundamentação Técnica: O levantamento de mercado realizado demonstrou que a aquisição de instrumentos novos é a solução mais vantajosa frente às alternativas existentes, incluindo locação ou manutenção de equipamentos antigos.

14.3.1 A escolha por aquisição direta assegura padronização sonora, durabilidade, garantia mínima de 12 meses, logística simplificada e atendimento à demanda atual e futura da fanfarra.

14.4 Fundamentação Econômica e Legal: A estimativa de valores e preços unitários referenciais foi realizada com base em pesquisa de mercado abrangente, cotações formais e referências de contratações similares,

garantindo economicidade e transparência.

14.4.1 A contratação está compatível com a dotação orçamentária da emenda parlamentar destinada ao objeto, observando os princípios da Lei nº 14.133/2021, incluindo eficiência, economicidade e legalidade.

14.5 Gestão e Fiscalização: Foi prevista a designação formal de servidores para gestão e fiscalização contratual, com capacitação técnica necessária para acompanhamento do recebimento, conferência e utilização dos instrumentos, garantindo segurança jurídica e operacional na execução do contrato.

14.6 Sustentabilidade e Impacto Socioambiental: A contratação observa critérios de sustentabilidade, incluindo aquisição de instrumentos duráveis, embalagens recicláveis, logística reversa e prioridade a fornecedores com práticas ambientalmente responsáveis.

14.6.1 Os impactos ambientais decorrentes são considerados de baixo risco e passíveis de mitigação, assegurando a conformidade ambiental da operação.

14.7 Benefícios Esperados: A execução da presente contratação proporcionará benefícios diretos e indiretos à comunidade, incluindo:

- a) Ampliação do acesso à educação musical e atividades culturais;
- b) Integração social e fortalecimento de vínculos entre os participantes;
- c) Fomento à cultura, à formação artística e ao desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais;
- d) Otimização de recursos públicos e melhor aproveitamento da emenda parlamentar.

14.7 Diante do exposto, **declara-se a VIABILIDADE** técnica, econômica, jurídica, operacional e socioambiental da presente contratação, recomendando-se a sua execução em conformidade com o Termo de Referência e demais instrumentos legais aplicáveis.

14.8 A contratação se mostra adequada para atender às necessidades da SEMES, promovendo a efetividade dos recursos públicos e o desenvolvimento cultural da comunidade atendida pela fanfarra municipal.

Ji-Paraná/RO, data da assinatura eletrônica.

Equipe responsável:

Elaborado por:

Cyntia Pergentino Lacerda da Silva

Assessora Especial

Decreto n. 2623/2025

Revisado por:

Daniele Dias de Paula

Assessora Especial

Decreto n. 0466/2026

APROVO o presente Estudo Técnico Preliminar, cuja finalidade é subsidiar a contratação através de todas as informações necessárias, estando presentes os elementos essenciais à identificação do objeto e todos os critérios para contratação de forma clara e concisa, além de cumprir com o determinado na legislação.

Aprovado por:

(assinado eletronicamente)
KEILA BARBOSA DA SILVA
Presidente da Fundação Cultural de Ji-Paraná
Decreto n. 0041/2025

(assinado eletronicamente)
ALESSANDRO BARROSO DUARTE
Secretário Municipal de Esportes e Lazer
Decreto n. 0075/2025

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **CYNTIA PERGENTINO LACERDA DA SILVA, ASSESSOR (A) ESPECIAL - FUNDAÇÃO CULTURAL**, em 26/03/2026 às 08:46, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **DANIELE DIAS DE PAULA, ASSESSOR (A) ESPECIAL - FUNDAÇÃO CULTURAL**, em 26/03/2026 às 08:53, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **KEILA BARBOSA DA SILVA, PRESIDENTE FUNDAÇÃO CULTURAL**, em 26/03/2026 às 08:57, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRO BARROSO DUARTE, SECRETARIO MUNICIPAL DE ESPORTES**, em 26/03/2026 às 10:31, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2546348** e o código verificador **CA025C3A**.

Referência: [Processo nº 1-11655/2023](#).

Docto ID: 2546348 v1

ANEXO II

CARTA PROPOSTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-11655/2023 - SEMES

OBJETO: Aquisição de instrumentos musicais e acessórios destinados à fanfarra municipal, incluindo bumbos, caixas de guerra, repiques, sextetom, tantan, agogô, chocalhos, pratos, trompetes, carriers e demais acessórios essenciais à plena execução das atividades da fanfarra, visando atender a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEMES) do Município de Ji-Paraná, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Dados do proponente:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Município: Estado: CEP:

Telefone:

E-mail:

Dados do responsável pela assinatura do Contrato:

Nome Completo:

CPF n.º

Cargo/Função:

Dados para contato/correspondência:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Dados para pagamentos:

Conta Corrente n.º

Agência n.º

Banco.....

À

Superintendência de Compras e Licitações

Prezados Senhores,

Apresentamos a V. S^a, nossa “**PROPOSTA DE PREÇOS**” pelo preço global de R\$ _____ (_____), nos termos do Edital e seus Anexos, conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	UND	Qnt.	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
1	BUMBO 22X14 FOLHEADO FORM BRANCA ARO MADEIRA PELE LEI TOSA MR 10 AFIN – MARCIAL C/ CARRIER	UN	13	2.286,40	29.723,20
2	CAIXA TENOR 14X12 FOLHEADO FORM BRANCA ARO CHAPA PRE TO PELE DRUM CORPS 12 AFIN C/CARRIER	UN	11	1.799,50	19.794,50
3	CAIXA/REPIQUE 10X14 ALUMISTEEL NATURAL ARO CHAPA PRET O PELE LEITOSA 06 AFIN - BATUKA	UN	3	442,00	1.326,00
4	CAIXA/REPIQUE 15X14 ALUMISTEEL NATURAL ARO CHAPA PRET O PELE LEITOSA 06 AFIN - BATUKA	UN	2	642,82	1.285,64
5	CAIXA DE BATERIA EM MADEIRA 14 X 5.5 C/ ESTEIRA DE 24 FIOS	UN	11	782,50	8.607,50
6	CAIXA/REPIQUE 06X14 ALUMISTEEL NATURAL ARO CHAPA PRET O PELE LEITOSA 06 AFIN - BATUKA	UN	5	499,00	2.495,00
7	SEXTO TON 6 8 10 12 13 14 FORM BRANCA ARO CHAPA PRETO PE LE LEITOSA 5 - 6 AFIN - MARCIAL	UN	6	4.830,00	28.980,00
8	TANTAN 70X14 FOLHEADO VERNIZ FERR POP PRETO PELE KORI NO 06 AFIN - LINHA BRASI	UN	18	890,00	16.020,00
9	AGOGO TRIPLO	UN	4	340,00	1.360,00
10	GANZA SIMPLES 10 CM ALUM PINT ELETRO PRETO - COLORSTEE L	UN	6	204,50	1.227,00
11	PAR PRATO PARA FANFARRA 13 LAT NIQ	UN	10	634,50	6.345,00
12	SURDO 60X24 ALUMISTEEL ARO CHAPA PRETO PELE LEITOSA 12 AFIN - BATUK	UN	4	1.035,50	4.142,00
13	TROMPETE EM SIB. LAQUEADO COM ESTOJO LUXO	UN	13	1.690,00	21.970,00
14	CARRIER	UN	20	785,00	15.700,00
Valor total estimado para todos os itens.....					158.975,84
<i>(Cento e cinquenta e oito mil, novecentos e setenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos)</i>					

Observações:

- Nos termos da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações **TODOS OS ITENS** são destinados à **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/MEI**
- Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico – **COMPRASGOV/CATMAT/CATSERV**, e as especificações constantes no Anexo II deste edital, prevalecerão às últimas.
- Todos os itens deverão, no que couber, constar informações a respeito da **marca/modelo/fabricação**.

Prazo de validade da Proposta: 60 (sessenta) dias (mínimo).

Local/ Forma de entrega: Conforme descrito no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

DECLARAÇÃO SOBRE A PROPOSTA APRESENTADA

Tendo examinado minuciosamente as normas específicas do **Edital do Pregão Eletrônico nº xxxxxxxxxxxxxxxx**, objeto supracitado e após tomar conhecimento de todas as condições lá estabelecidas, **DECLARAMOS** expressamente que:

- a) A proposta apresentada para participar da presente licitação, foi elaborada de maneira independente por este licitante e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitante, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitante, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente licitação não será no todo ou parte direta ou indiretamente comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitante antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente licitação não foi, no todo ou em parte direta ou indiretamente informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do presente órgão antes da abertura oficial das propostas;
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la;
- g) Entregará/Prestará, sob sua integral responsabilidade, os itens/serviços objeto do referido Edital, no valor ofertado.
- h) Nos preços indicados acima estão incluídos, além dos itens/serviços, todos os custos, materiais, benefícios, encargos, tributos, demais contribuições e todos os pormenores necessários à completa entrega dos materiais/realização do serviço, mesmo que posteriormente sejam verificadas falhas ou omissões na proposta.
- i) Conhece a legislação de regência desta licitação e que os componentes serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e anexos e que conhece e aceita todos os seus termos, inclusive quanto ao pagamento e outros.
- j) Nenhum direito à indenização ou o reembolso de quaisquer despesas será devido, caso a proposta não seja aceita.
- k) Tem amplo conhecimento e aceitamos todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos.

Local e data

Nome, cargo e assinatura do Representante Legal

ANEXO III

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei 14.133/2021)

- 1.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- 1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;
- 1.3. Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;
- 1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 1.5. Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedidos por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 1.6. Comprovante de Inscrição do Microempreendedor Individual – MEI
 - 1.6.1. Os documentos acima deverão ser apresentados com **todas as suas alterações**, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados e ainda **acompanhado de documentos comprobatórios de seus administradores e procuradores**.

2. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei 14.133/2021)

- 2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- 2.2. **Inscrição no cadastro de contribuintes** estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e **compatível** com o objeto contratual.
- 2.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a **Tributos Federais** (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- 2.4. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Estadual**;
- 2.5. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Municipal**, da sede ou do domicílio do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 2.6. Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e
- 2.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - **CNDT** ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

2. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei 14.133/2021)

- 3.1. Certidão Negativa de Ações de Falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, nos últimos **90 (noventa) dias**, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.
 - 3.1.1. Na hipótese de apresentação de **certidão positiva de recuperação judicial**, o (a) Pregoeiro (a) verificará o se o plano de recuperação judicial da licitante foi homologado pelo juízo, conforme determina o artigo 58 da Lei 11.101/2005.
 - 3.1.2. Caso a empresa licitante não tenha obtido acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, **a licitante será inabilitada**, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.
- 3.2. **Balço patrimonial (BP) e demonstração do resultado do exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, assinados pelo **representante legal** e pelo **contabilista responsável**, já exigíveis e apresentados na forma estabelecida por lei para cada porte, que comprovem a boa situação financeira da empresa, extraídos do livro diário, **vedada a sua substituição** por balancetes ou balanços provisórios.
 - 3.2.1. As empresas deverão apresentar **declaração assinada por profissional habilitado** da área contábil, que **atesta o atendimento** pela licitante dos índices econômicos: Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) **superiores a 1**.

3.2.2. Quando qualquer um ou todos os índices econômicos (Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral) forem **inferiores ou igual a 1**, a empresa deverá apresentar comprovação de patrimônio líquido ou capital social **no mínimo de 10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

3.2.3. Os documentos referidos no item 3.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída **há menos de 2 (dois) anos**.

3.2.4. As empresas criadas **no exercício financeiro da licitação** deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo **balanço de abertura**.

3.2.5. O **microempreendedor individual (MEI)**, ainda que dispensado da elaboração de balanço patrimonial nos termos do Código Civil, deverá, para fins licitatórios, apresentar balanço patrimonial (BP) e as demais demonstrações contábeis (DRE), devidamente registrado.

4. HABILITAÇÃO TÉCNICA

4.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

4.2. A comprovação se dará mediante a apresentação de **no mínimo 01 (um) ATESTADO** fornecido por pessoas de direito público ou privado, no qual se indique que a empresa já prestou, satisfatoriamente, serviços ou fornecimentos **iguais ou semelhantes** ao objeto desta licitação.

4.3. O (s) atestado(s)/certidões deverão estar necessariamente em nome do licitante, ser apresentados em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinados por autoridade ou representante de quem os expediu.

4.3.1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

4.3.2. Experiência comprovada em fornecimento de instrumentos musicais ou bens similares para projetos educacionais ou culturais;

4.3.3. Comprovação de que a empresa possui estrutura técnica e operacional adequada para entrega, assistência técnica e manutenção dos instrumentos;

5. OUTRAS COMPROVAÇÕES

5.1. Declaração subscrita pelo representante legal do licitante, conforme modelo **Anexo III – A**, elaborada em papel timbrado da empresa:

ANEXO III – A
MODELO DE DECLARAÇÃO

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, sediada na....., por meio de seu representante legal abaixo identificado, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) e declara ainda que:

a) atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);

b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);

c) suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);

d) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);

e) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

f) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

g) está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em www.ji-parana.ro.gov.br

h) no caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;

i) no caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 3º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;

j) não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 2.10 do edital;

k) está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

l) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

Obs: O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

Ji-Paraná, xx de xxxxxx de 202x.

(Identificação e assinatura do representante legal da proponente)

ANEXO IV
MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Processo Administrativo nº.....

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, E A
EMPRESA.....**

A **PREFEITURA MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.092.672/0001-25, com sede e administração na Av. Dois de Abril, 1.701, bairro Urupá, nesta cidade e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, (estado civil), agente político, portador da Cédula de Identidade RG nº XXXXXX SSP/RO e CPF/MF nº XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado, nesta cidade e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, doravante denominado CONTRATANTE doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 0xxxxxxx/20xxxxx e em observância às disposições da **Lei nº 14.133/2021** e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXXXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é o fornecimento de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

<i>ITEM</i>	<i>ESPECIFICAÇÃO</i>	<i>UNIDADE DE MEDIDA</i>	<i>QUANTIDADE</i>	<i>VALOR UNITÁRIO</i>	<i>VALOR TOTAL</i>
<i>1</i>					
<i>2</i>					
<i>3</i>					
<i>...</i>					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1.** O Termo de Referência;
- 1.3.2.** O Edital da Licitação;
- 1.3.3.** A Proposta do contratado;
- 1.3.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

1.3.5. O prazo de vigência da contratação é de contados do (a), na forma do CAPÍTULO V - DA DURAÇÃO DOS CONTRATOS da Lei Federal n. 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

1.4. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

1.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual (***ou***) Será admitida a subcontratação do objeto contratual conforme previsto no capítulo..... do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

1.6. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

1.7. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

1.8. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

1.9. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

1.10. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice..... (***conforme Termo de Referência***), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.11. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1.12. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

1.13. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

1.14. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

1.15. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

1.16. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

1.17. São obrigações do Contratante:

1.18. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

1.19. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

1.20. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

1.21. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

1.22. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

1.23. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

1.24. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

1.25. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

1.26. A Administração terá o prazo de XXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

1.27. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.

1.28. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

1.29. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

1.30. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

1.31. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada (se for o caso);

1.32. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

1.33. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

1.34. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

1.35. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

1.36. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

1.37. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

1.38. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

1.39. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

1.40. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

1.41. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

1.42. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

1.43. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

1.44. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

1.45. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

1.46. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

1.47. 1.47 - Não haverá exigência de garantia contratual (**ou**) A exigência de garantia contratual da execução será a (conforme descrito no Termo de Referência).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

1.48. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 1.49.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- I. Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - II. Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - IV. Multa:**
 - 1. Moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (.....) dias;
 - 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.
 - 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.
 - 4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.
 - 5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.
 - 6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
- 1.50.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 1.50.1.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 1.50.2.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
 - 1.50.3.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 1.50.4.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

1.51. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

1.52. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

1.53. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

1.54. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.55. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.56. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

1.57. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

1.58. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

1.59. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

1.59.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

1.60. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

1.60.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

1.60.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

1.60.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

1.61. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

1.61.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

1.61.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

1.61.3. Indenizações e multas.

1.62. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

1.63. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

1.64. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

1.64.1. Fonte de Recursos:

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

1.65. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

1.66. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

1.67. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

1.68. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

1.69. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

1.70. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

1.71. As partes elegem o Foro da Comarca de Ji-Paraná-RO, em detrimento de qualquer outro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Prefeito do Município de Ji-Paraná

Secretário/Presidente

Representante legal do Contratado

Procurador Geral do Município

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-